

ATENÇÃO

SRS. LICITANTES:

- Para formação da **PROPOSTA** de preço e inserção na plataforma COMPRAS.GOV, V.Sª deverá basear-se exclusivamente nos termos e informações do Edital, especialmente nas especificações técnicas dos ITENS e demais condições do TERMO DE REFERÊNCIA, constante no **Anexo I**.
- Caso haja divergência entre o **descritivo lançado** no Compras.gov e o descritivo do **TERMO DE REFERÊNCIA - TR**, prevalecerá o que consta no **Anexo I (Termo de Referência - TR)**.

COMISSÃO / PREGOEIRO DESIGNADO

6ª CPL/SMS / Vanesca Cristina

E-mail: vcristinas@prefeitura.sp.gov.br

Tel.: 11 5461-8927

Obs: Este encarte não faz parte do Edital, se presta somente para informação ao Licitante

**PREGÃO ELETRÔNICO
90569/2026/SMS**

**PROCESSO
6018.2026/0028567-0**

CONTRATANTE (UASG)
SECRETARIA MUNICIPAL DE SÃO PAULO – Gabinete (925003)

OBJETO
REGISTRO DE PREÇOS PARA O FORNECIMENTO DE COVISA: MATERIAIS PLÁSTICOS, LABORATORIAIS, DE APOIO OPERACIONAL E EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia **25/06/2026** às 09h00m (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:
Menor preço

MODO DE DISPUTA:
Aberto/Fechado

FASE DE HABILITAÇÃO
Após as fases de Lances, apresentação de propostas / Documentos e Julgamento

COMISSÃO / PREGOEIRO DESIGNADO
6ª CPL/SMS / Vanesca Cristina
E-mail: vcristinas@prefeitura.sp.gov.br
Tel.: 11 5461-8927

ÍNDICE

I EDITAL

Preâmbulo – Indicação da Unidade

- 1** Embasamento Legal;
- 2** Objeto;
- 3** Condições de participação;
- 4** Acesso às informações;
- 5** Impugnação do Edital
- 6** Apresentação da Proposta de Preços;
- 7** Abertura da sessão e classificação inicial das propostas de preços;
- 8** Etapa de Lances;
- 9** Modo de disputa aberto e fechado;
- 10** Julgamento;
- 11** Habilitação;
- 12** Amostra;
- 13** Fase Recursal;
- 14** Adjudicação e homologação;
- 15** Preço e Dotação;
- 16** Condições do ajuste;
- 17** Prazo, Condições e locais de Entrega;
- 18** Recebimento do Objeto;
- 19** Condições de Pagamento;
- 20** Das Penalidades;
- 21** Disposições Finais.

II ANEXOS

ANEXO I: Termo de Referência - Especificações Técnicas e Condições de Fornecimento do Objeto

ANEXO II: Modelo de Proposta de Preços

ANEXO III: Modelo de Declarações

ANEXO IV: Modelo de Declaração de não cadastramento e inexistência de débitos para com a Fazenda do Município de São Paulo;

ANEXO V: Modelo Parâmetros para Análise de Balanço;

ANEXO VI: Minuta Ata Registro de Preços

ANEXO VII: Minuta de Ata de Registro de Preço – **Cadastro Reserva**

PREÂMBULO

A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, pela SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE, situada na Rua General Jardim, 36 – República – São Paulo, Capital, CEP 01223-906, torna público, para conhecimento de quantos possam se interessar, que fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, com critério de julgamento de menor preço objetivando o **REGISTRO DE PREÇOS PARA O FORNECIMENTO DE COVISA: MATERIAIS PLÁSTICOS, LABORATORIAIS, DE APOIO OPERACIONAL E EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI)**, conforme descrição no **ANEXO I** deste Edital.

A participação no presente pregão dar-se-á por meio de sistema eletrônico, pelo acesso ao site (<https://www.gov.br/compras>) - UASG nº 925003, nas condições descritas neste Edital, devendo ser observado o início da sessão às 09h00m. do dia **25/06/2026**.

Este Edital, seus anexos, o resultado do Pregão e os demais atos pertinentes também constarão do Painel de Negócios: **Painel de Negócios** do Diário Oficial da Cidade de São Paulo.

1 EMBASAMENTO LEGAL

O procedimento licitatório e os atos dele decorrentes observarão as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, do Decreto Municipal nº 62.100/2022, Decreto Municipal nº 56.475/2015 e da Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, e das demais normas complementares aplicáveis.

2 OBJETO

- 2.1** O presente pregão tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA O FORNECIMENTO DE COVISA: MATERIAIS PLÁSTICOS, LABORATORIAIS, DE APOIO OPERACIONAL E EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI)**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 2.2.** A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência **ANEXO I**, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2.2.1 Para os itens **01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23**, a participação é **exclusiva para ME e EPPS**, nos termos do art. 48 da LC nº 123/06), alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, e das demais normas complementares aplicáveis.

2.2.2 Para os itens **08, 24**, a participação será em regime de **Ampla Concorrência**, nos termos do art. 11, caput, e do art. 40, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, que asseguram os princípios da isonomia e da competitividade.

2.3 Deverão ser observadas as especificações e condições de fornecimento constantes do Termo de Referência – **Anexo I**, parte integrante deste edital.

3 CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1 Poderão participar da licitação as empresas que:

3.1.1 Atenderem a todas as exigências deste edital e de seus anexos, **desde que sejam credenciadas, com cadastro ativo, no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras) – Certificado Digital ICP-Brasil.**

3.1.1.1 As condições de cadastramento no SICAF deverão ser providenciadas até o **terceiro dia útil anterior à data estabelecida para recebimento das propostas.**

3.1.2 Tenham objeto social pertinente e compatível ao licitado;

3.1.3 Não estejam sob processo de falência;

3.1.3.1 É admitida participação de empresas em recuperação judicial, desde que apresentada certidão emitida pela instância judicial competente demonstrando estar a empresa apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório;

3.1.4 Não tenham sido declaradas inidôneas para licitar e contratar com a Administração Pública;

3.1.5 Não estejam suspensas ou impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública;

3.1.6 Não se enquadrem nas seguintes **vedações** de participação (art. 14 da Lei 14.133/2021):

3.1.6.1 Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de

sanção que lhe foi imposta, estendendo-se a vedação ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que comprovado o ilícito ou utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.1.6.2 Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;

3.1.6.3 Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

3.1.6.4 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

3.1.6.4.1 As vedações estendem-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.1.6.5 Não poderão participar da licitação OSCIP's atuando nessa condição;

3.2 As microempresas e empresas de pequeno porte, assim qualificadas nos termos da Lei Complementar 123/2006, alterada pela Lei Complementar 147/2014, bem como as cooperativas que preencham as condições estabelecidas no artigo 1º, §2º, do Decreto nº 56.475/2015, poderão participar desta licitação usufruindo dos benefícios estabelecidos nos artigos 42 a 45 daquela Lei Complementar, devendo para tanto observar as regras estabelecidas de acordo com o Decreto nº 56.475/2015, declarando no campo próprio do sistema sua condição.

3.2.1 Não são aplicáveis os benefícios e demais disposições previstas nos artigos 42 a 49 da Lei Complementar 147/2014 no caso de licitação para aquisição de bens ou contratação de serviços em geral, ao item e, em se tratando de contratação de obras e serviços de engenharia, às licitações cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.2.1.1 A obtenção dos benefícios fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.2.1.2 Nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato.

3.3 Como requisito para a participação no pregão, a licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que está ciente e concorda com as condições do edital e anexos.

3.4 A participação neste Pregão implica o reconhecimento pela Licitante de que conhece, atende e se submete a todas as cláusulas e condições do presente edital, bem como as disposições contidas na legislação indicada na cláusula “1” deste Edital, que disciplinam a presente licitação e integrarão o ajuste correspondente, no que lhe for pertinente.

4 ACESSO ÀS INFORMAÇÕES

4.1 Qualquer pessoa poderá solicitar **esclarecimentos ou informações** relativos a esta licitação, que serão prestados mediante solicitação dirigida ao pregoeiro, até 03 (três) dias úteis antes da data marcada para abertura do certame, por meio do endereço eletrônico vcristinas@prefeitura.sp.gov.br.

4.2 Os **esclarecimentos** e as informações serão prestados no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data de abertura do certame.

5 IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

5.1 Qualquer pessoa, física ou jurídica poderá formular impugnações contra o ato convocatório, até 3 (três) dias úteis antes da data marcada para abertura do

certame, mediante petição apresentada via e-mail, vcristinas@prefeitura.sp.gov.br, em seu corpo ou documento anexo.

5.1.1 No ato da apresentação da impugnação é obrigatório anexar ao e-mail a cópia digitalizada dos seguintes documentos:

5.1.1.1 Do documento de identidade e do Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), se o impugnante for pessoa física;

5.1.1.2 Do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), em se tratando de pessoa jurídica, acompanhado do respectivo ato constitutivo ou de procuração, que comprove que o signatário/remetente da impugnação efetivamente representa a impugnante.

5.2 Caberá ao agente de contratação se manifestar, motivadamente, a respeito da(s) impugnação(ões), proferindo sua decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data de recebimento, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame

5.3 Quando o acolhimento da impugnação implicar alteração do edital capaz de afetar a formulação das propostas, será designada nova data para a realização do certame.

5.4 A decisão sobre a impugnação será publicada no sítio eletrônico oficial.

5.5 Os pedidos de impugnações, bem como as respectivas respostas serão divulgados no sistema eletrônico para visualização dos interessados.

5.6 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

5.7 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

6 APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

6.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, a proposta com a descrição do objeto e o preço ou percentual de desconto, com o **VALOR POR UNIDADE**, com até **04 (quatro) casas decimais**, até a data e o horário estabelecidos para a abertura da sessão pública, devendo, no cadastramento da proposta, proceder às declarações pertinentes, em campo próprio do sistema.

6.1.1 Até a abertura da sessão, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

- 6.1.2** A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiros sua proposta, lances e declarações.
- 6.1.3** A apresentação da proposta de preços implicará em plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste Edital e em seus anexos.
- 6.1.4** A proposta deve conter oferta firme e precisa, sem alternativa de produtos, preços ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado.
- 6.1.4.1** Conforme estabelecido no Decreto nº **51.197**, de 22 de janeiro de **2010** e **SF 09/2021**, a Licitante deverá informar em sua proposta o número da conta corrente no **BANCO do BRASIL** em nome da empresa constando RAZÃO SOCIAL e CNPJ cadastrado no sistema Comprasgov.
- 6.1.5** Os preços cotados deverão ser cotados em moeda corrente nacional, em algarismos e devem ser adequados aos praticados no mercado na data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária e devem incluir todos os custos diretos, indiretos e despesas, necessários ao fornecimento do objeto, inclusive frete. O preço ofertado será irredutível e constituirá a única e completa remuneração pelo cumprimento do objeto deste certame, não sendo aceitos pleitos de acréscimos nos preços, a qualquer título.
- 6.1.6** Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos serão considerados como inclusos nos preços, não sendo aceitos pleitos de acréscimo, a qualquer título.
- 6.1.6.1** Os preços unitários e total deverão possuir até 04 (quatro) casas decimais.
- 6.1.7** Após os lances e negociação de preços, a licitante declarada vencedora do certame deverá enviar a proposta de preços, quando solicitada pela pregoeira, conforme disposto no Item **8.14** deste Edital, de acordo com o formulário que segue como **Anexo II** deste Edital, com todas as informações e declarações ali constantes, devendo ser redigida em língua portuguesa, com clareza, perfeitamente legível, sem emendas, rasuras, borrões, acréscimos ou entrelinhas, ser datada, rubricada em todas as folhas e assinada por seu representante legal ou procurador, devidamente identificado com números de CPF e RG, e respectivo cargo na licitante, bem como documentos de **HABILITAÇÃO TÉCNICA, JURÍDICA, ECONÔMICA**.

- 6.1.8** A proposta deverá ter validade de **60 (sessenta) dias corridos**, contados a partir da data de sua apresentação.
- 6.1.9** Os preços unitários e total deverão possuir até **04 (quatro)** casas decimais.
- 6.1.10** **Para aferição preliminar da compatibilidade do produto ofertado frente solicitado, deverá ser apresentado juntamente com a Proposta de Preços, ao ser solicitado pelo Pregoeiro, os seguintes documentos:**
- 6.1.10.1** **Catálogos e/ou instrução de uso constando** o logotipo da empresa, marca, fabricante, país de origem com número de lote, data e fabricação e dados de identificação e especificar na proposta os dados técnicos do produto ou anexar cópia do rótulo do produto.
- 7 ABERTURA DA SESSÃO E CLASSIFICAÇÃO INICIAL DAS PROPOSTAS DE PREÇOS**
- 7.1** Na data e horário indicados no preâmbulo deste Edital terá início automático a sessão pública do pregão eletrônico.
- 7.2** A análise da conformidade das propostas visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos e **será feita exclusivamente na fase de julgamento em relação à proposta mais bem classificada.**
- 7.3** Serão desclassificadas as propostas:
- 7.3.1** Cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixados neste edital e seus anexos;
- 7.3.2** Que por ação da licitante ofertante contenham elementos que permitam a sua identificação;
- 7.3.3** Estipule preços inexecutáveis ou acima do máximo definido para a contratação, global e unitariamente;
- 7.4** A desclassificação se dará por decisão motivada e registrada no sistema.
- 7.5** Serão desconsideradas ofertas ou vantagens baseadas nas propostas dos demais licitantes.
- 7.6** Somente as licitantes cujas propostas sejam classificadas e ordenadas automaticamente pelo sistema participarão da fase de lances.

8 ETAPA DE LANCES

8.1 Iniciada a etapa competitiva, as licitantes poderão encaminhar lances **exclusivamente por meio do sistema eletrônico**, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento, registro e valor.

8.1.1 O **LANCE** deverá ser ofertado pelo **VALOR UNITÁRIO**, sendo:

8.1.1.1 Para os itens: **01 a 22, 24** Menor preço unitário por **UNIDADE**;

8.1.1.2 Para o item: **23** Menor preço unitário por **ROLO**;

8.2 As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado e as regras para sua aceitação.

8.3 A Licitante somente poderá oferecer lance inferior ou percentual de desconto maior ao último por ela ofertado e registrado pelo sistema, observado o **intervalo mínimo de 0,01% (um centésimo por cento)** em relação aos lances intermediários e em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

8.4 A licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 segundos após o registro do sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

8.5 As licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, **vedada a identificação do licitante**.

8.6 Na hipótese de o sistema eletrônico se desconectar no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

8.7 Caso a desconexão do sistema eletrônico persistir por tempo superior a dez minutos para o órgão ou a entidade promotora da licitação, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

8.8 No caso de haver a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, bem como de cooperativas que preencham as condições estabelecidas no artigo 1º, §2º, do Decreto nº 56.475/2015, no certame licitatório, os procedimentos obedecerão aos subitens a seguir:

8.8.1 Antes da classificação definitiva de preços, caso a melhor oferta não tenha sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte, ou cooperativa que preencha as condições estabelecidas no artigo 1º, §2º, do Decreto nº 56.475/2015, o sistema utilizado verificará se ocorreu empate ficto previsto no § 2º do artigo 44 da Lei Complementar nº

123/2006 e Decreto Municipal nº 56.475/2015, ou seja, as propostas apresentadas por microempresas ou empresas de pequeno porte, ou cooperativas que preencham as condições estabelecidas no artigo 1º, §2º, do Decreto nº 56.475/2015, com valores até 5% (cinco por cento) acima do melhor preço ofertado.

- 8.8.2** Em caso positivo, a microempresa ou empresa de pequeno porte, ou cooperativa que preencha as condições estabelecidas no artigo 1º, §2º, do Decreto nº 56.475/2015, convocada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela, à primeira classificada no prazo de 5 (cinco) minutos, sob pena de preclusão.
- 8.8.3** Caso a microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP), ou cooperativa que preencha as condições estabelecidas no artigo 1º, §2º, do Decreto nº 56.475/2015 (COOP), convocada não exerça o benefício de ofertar preço inferior à primeira classificada ou não o faça no tempo apurado, o sistema automaticamente convocará as ME/EPP/COOP remanescentes que, porventura, se enquadrem na hipótese do empate ficto, na ordem classificatória, para exercício do mesmo direito, sucessivamente, se for o caso.
- 8.8.4** Se houver equivalência entre os valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos apontados nos itens anteriores, será realizado sorteio para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 8.9** Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado
- 8.10** Em caso de eventual empate entre propostas ou lances, serão adotados os critérios previstos no art. 60 da Lei 14.133/2021, de acordo com a ordem legalmente estabelecida.
- 8.11** Após a etapa de lances, se a melhor proposta estiver em desconformidade com o preço máximo estipulado para a contratação, o pregoeiro poderá negociar melhores condições.
- 8.12** Quando o primeiro colocado, em que pese a negociação realizada, mantiver sua proposta acima do preço máximo definido, a negociação poderá ser realizada com os demais licitantes.
- 8.13** A negociação será realizada por meio do sistema, com acompanhamento dos demais licitantes e divulgação do resultado, bem como anexação aos autos do processo.

- 8.14** O licitante mais bem classificado deverá, no prazo de **ATÉ 2** (duas) horas, prorrogável a partir e solicitação fundamentada, enviar a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizado, bem como os documentos de Habilitação **TÉCNICA, JURÍDICA e ECONÔMICA**, constantes nos **itens 6.1.1 e seguintes** e item **11.1 e seguintes** deste edital.
- 8.15** Encerrada a negociação, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta e documentação técnica.

9. MODO DE DISPUTA ABERTO E FECHADO

- 9.1** Os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final fechado, conforme estabelecido no artigo 56, da Lei 14.133/2021 c/c artigo 31, inciso II do Decreto 10.024/2019.
- 9.2** No modo de disputa aberto e fechado a etapa de envio de lances terá duração de quinze minutos.
- 9.3** Decorrido o prazo inicial, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada.
- 9.4** Em sequência, será aberta oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo, bem como os das ofertas com valores de até 10% (dez por cento) superiores possam apresentar lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, podendo os licitantes, nestas condições, optarem por manter o último lance da etapa aberta ou ofertar melhor lance. O lance final será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 9.4.1** Na ausência de, no mínimo, três ofertas nas condições de que trata o item anterior, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, poderão oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo.
- 9.5** Expirados os prazos, o sistema ordenará e divulgará os lances.

10. JULGAMENTO

- 10.1** Para julgamento e classificação das propostas será adotado o critério do **MENOR PREÇO**, observados os requisitos, as especificações técnicas e os parâmetros definidos neste Edital e em seus anexos quanto ao objeto, sendo:
- 10.1.1 Para o item: 01 a 22, 24, Menor preço unitário por UNIDADE;**

10.1.2 Para o item: 23, Menor preço unitário por ROLO;

- 10.2** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro realizará a verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto estipulado, à compatibilidade do preço final em relação ao estimado para a contratação.
- 10.3** É recomendável, nesta fase, que sejam consultados os cadastros previstos no item **11.6.8**, em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, de forma a verificar a existência de sanção que impeça a participação no certame e futura contratação, garantida a manifestação do licitante previamente a eventual desclassificação.
- 10.4** Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum benefício direcionado às ME/EPP's, o pregoeiro diligenciará para verificar o enquadramento.
- 10.5** Será desclassificada a proposta vencedora que não atender aos requisitos do item **7.3**.
- 10.6** Erros no preenchimento da proposta não constituem motivo para desclassificação da proposta, desde que se limitem a erros ou falhas que não alteram a substância da proposta.
- 10.7** Após a negociação, o Pregoeiro fará o exame da aceitabilidade da oferta da primeira classificada, devendo esta encaminhar, em prazo estabelecido pelo pregoeiro(a), através do sistema eletrônico, sob pena de desclassificação, a proposta de preço, conforme Anexo II, com o valor do preço final alcançado.
- 10.8** O Pregoeiro deverá **solicitar a Área Técnica** para verificar, como critério de aceitabilidade, a compatibilidade do menor preço alcançado com os parâmetros de preços de mercado, definidos pela Administração, coerentes com a execução do objeto licitado, aferido mediante a pesquisa de preços que instrui o processo administrativo pertinente a esta licitação.
- 10.9** Para a aquisição de bens é indício de inexecuibilidade valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração Pública, a qual só será declarada após diligência que comprove que o custo ultrapassa o valor da proposta e que inexistem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta, garantida manifestação do licitante.
- 10.10** Se a oferta não for aceitável ou se a licitante não atender à exigência estabelecida na cláusula supra, o pregoeiro, desclassificará, motivadamente, a proposta e examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda a todas as exigências, devendo, também, negociar diretamente com a proponente, para que seja obtido preço melhor.

- 10.11** Considerada aceitável a oferta de menor preço, passará o Pregoeiro ao julgamento da habilitação.

11 HABILITAÇÃO

- 11.1** Divulgado o julgamento das propostas de preços na forma prescrita neste Edital, passar-se-á à fase de habilitação.
- 11.2** A habilitação da licitante vencedora poderá ser substituída por meio de registro regular no **SICAF**.
- 11.2.1** Caso os dados e informações constantes do **SICAF** não atendam aos requisitos exigidos deste Edital, o Pregoeiro solicitará os documentos por meio sistema comprasgov, juntando-os ao processo administrativo pertinente à licitação.
- 11.2.2.** O Pregoeiro solicitará à Área Técnica para que analise todos documentos exigidos nos subitens **6.1 e seguintes** e **11.1 e seguintes** deste Edital, que deverão ser enviados pela proponente por meio eletrônico, devendo a licitante encaminhar pelo sistema todos os documentos exigidos no **item 6 e 11** deste edital.
- 11.2.3** Na impossibilidade de obtenção/emissão de documentos por meio eletrônico, o Pregoeiro solicitará sua apresentação pela licitante, juntamente com os demais documentos.
- 11.3** A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos hábeis de informações no momento da verificação de documentação ou dos meios para a transmissão de documentos a que se referem as cláusulas anteriores, ressalvada a indisponibilidade de seus próprios meios. Na hipótese de ocorrerem essas indisponibilidades, a licitante deverá encaminhar os documentos solicitados por outros meios, dentro do prazo estabelecido, sob pena de inabilitação, mediante decisão motivada.
- 11.4** Por meio de aviso lançado no sistema, via “chat”, o Pregoeiro informará às demais licitantes a empresa habilitada por atendimento às condições estabelecidas neste Edital.
- 11.4.1** **Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.**

- 11.5** A habilitação se dará mediante o exame dos documentos a seguir relacionados, relativos a:

11.5.1 Habilitação jurídica:

- 11.5.1.1** Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual ou Empresa Individual de Responsabilidade Limitada, que conforme Art. 41 da Lei Federal nº 14.195/2021, de 26/08/2021, passa a ser Sociedade Limitada Unipessoal -SLU;
- 11.5.1.2** Ato constitutivo, estatuto ou contrato social atualizado e registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedade empresária ou cooperativa, devendo o estatuto, no caso das cooperativas, estar adequado, na forma prevista nos artigos 27 e 28 da Lei Federal n. 12.690/2012;
- 11.5.1.3** Decreto de autorização, tratando-se de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

11.5.2 Regularidade fiscal:

- 11.5.2.1** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ.
- 11.5.2.2** Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual, relativo à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto licitado.
- 11.5.2.3** Certidão de regularidade de débitos relativos a tributos federais e à dívida ativa da União, inclusive as contribuições sociais;
- 11.5.2.4** Certidão de regularidade de débitos referentes a tributos estaduais relacionados com o objeto licitado, expedida por meio de unidade administrativa competente da sede ou domicílio da licitante.
- 11.5.2.4.1** No caso de o licitante ter domicílio ou sede no Estado de São Paulo, a prova de regularidade para com a Fazenda Estadual se dará através da certidão de débitos tributários da Dívida Ativa do Estado de

São Paulo, expedida nos termos da Resolução Conjunta SF/PGE nº 02, ou a que suceder.

11.5.2.5 Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS).

11.5.2.6 Certidão de Regularidade em relação à Fazenda Pública Municipal.

11.5.2.7 Certidão de regularidade perante a Justiça do Trabalho.

11.5.2.7.1 Serão aceitas como prova de regularidade, certidões positivas com efeito de negativas.

11.5.3 Qualificação econômico-financeira:

11.5.3.1 Certidão negativa de pedido de falência, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica em data não superior a 60 dias da data da abertura do certame, se outro prazo não constar do documento.

11.5.3.1.1 Se a licitante não for sujeita ao regime falimentar, a certidão mencionada deverá ser substituída por certidão negativa de ações de insolvência civil, ou documento equivalente.

11.5.3.2 Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos **02 (dois) últimos exercícios** social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada sua substituição por balanço ou balancetes provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de três meses da data da apresentação da proposta;

11.5.3.2.1 Somente empresas que ainda não tenham completado seu primeiro exercício fiscal poderão comprovar sua capacidade econômico-financeira por meio de balancetes mensais, conforme disposto na Lei Federal nº 8.541/1992;

11.5.3.2.2 Serão considerados como na forma da Lei, o Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis assim apresentados:

11.5.3.2.2.1 Na sociedade empresária regida pela Lei nº. 6.404/1976, 11.638/2007,

11.941/2009, mediante documento publicado em Diário Oficial ou em jornal de grande circulação;

11.5.3.2.2.2 As empresas desobrigadas a adotar a ECD – Escrituração Contábil Digital e que não tenham optado por esse meio, deverão apresentar o Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis, extraídos do Livro Diário, através de Cópia, Registrado na Junta Comercial ou no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Cartório de Registro de Títulos e Documentos para Sociedades Simples;

11.5.3.2.2.3 Para as empresas obrigadas a adotar, ou que optaram por utilizar, a Escrituração Contábil Digital (ECD) deverão apresentar a impressão do arquivo gerado pelo SPED Contábil constando o termo de autenticação eletrônica gerada pelo sistema, recibo de entrega do Livro Digital e a Demonstração de Resultado do Exercício.

11.5.3.3 Será considerada inabilitada a empresa que não obtiver **índices de liquidez corrente, liquidez geral e solvência geral** maiores ou iguais a 1,00, apurados segundo os parâmetros estabelecidos no **ANEXO V** deste Edital, observada a norma do **subitem 11.5.3.2.**

11.5.3.3.1 A empresa que não tiver alcançado os índices exigidos no subitem **11.5.3.3** será habilitada desde que tenha Patrimônio Líquido equivalente a 5% (cinco por cento) do valor médio estimado da contratação.

11.5.4 Qualificação técnica:

11.5.4.1 Atestado(s)/certidão(ões) de capacidade técnico-operacional, em nome da licitante, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove(m) o

fornecimento **mínimo 10% (dez por cento) do total estimado do objeto** anterior pertinente e compatível com o objeto desta licitação, com caracterização do bom desempenho da licitante.

11.5.4.1.1 O(s) atestado(s) ou certidão(ões) deverá(ão) ser apresentado(s) em papel timbrado, original ou cópia reprográfica, assinado(s) por autoridade ou representante de quem o(s) expediu, com a devida identificação, não lhe sendo exigido prazo de validade.

11.5.4.1.1.1 Para fins do disposto dos subitens **11.5.4.1**, considera-se atividade pertinente ao objeto licitado o fornecimento de **MATERIAIS PARA LABORATÓRIO**.

11.5.5 Outros Documentos:

11.5.5.1 Declaração de que **não emprega menor de 18 anos** em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, sob as penas da Lei, conforme o disposto no artigo. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal e inciso VI do art. 68 da Lei Federal nº 14.133/21

11.5.5.2 Declaração de **inexistência de fato superveniente impeditivo** de sua habilitação inclusive condenação judicial na proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, transitada em julgada ou não desafiada por recurso com efeito suspensivo, por ato de improbidade administrativa;

11.5.5.3 Declaração de que a **licitante não possui sanções vigentes** previstas no inciso III do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/21, no âmbito da Administração Pública Direta e indireta do Município de São Paulo e no inciso IV do mesmo artigo, no âmbito de quaisquer entes federativos.

11.5.5.4 Em se tratando de ME e EPP, declaração de observância e atendimento aos parágrafos §1º, §2º, §3º do art. 4º da Lei Federal nº 14.133/21;

11.5.4.5 Declaração e que suas **propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos** para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na CF/88, leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos

de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, sob pena de desclassificação.

11.5.5.6 Declaração de que **cumpr**e as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social.

11.5.5.7 Declaração de **não Cadastramento e Inexistência de Débitos** para com a Fazenda do Município de São Paulo – **ANEXO IV**.

11.5.5.7.1 As declarações supra deverão ser elaboradas em papel timbrado e subscritas pelo representante legal da licitante, sendo recomendada a utilização do modelo constante no **ANEXO III** do presente Edital, facultando-se a elaboração de declarações individualizadas.

11.6 A licitante para fins de habilitação deverá observar as disposições Gerais que seguem:

11.6.1 Todos os **documentos devem estar com seu prazo de validade em vigor**. Se este prazo não constar de cláusula específica deste edital, do próprio documento ou de lei específica, será considerado o prazo de validade de 06 (seis) meses, a contar da data de sua expedição, salvo os atestados/certidões de qualificação técnica, para os quais não se exige validade.

11.6.2 Todos os documentos expedidos pela empresa deverão estar subscritos por seu representante legal ou procurador, com identificação clara do subscritor.

11.6.3 Os documentos emitidos via Internet serão conferidos pelo Pregoeiro ou sua equipe de apoio.

11.6.4 Se a licitante for a **matriz**, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for a **filial**, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

11.6.4.1 Caso a licitante pretenda que um de seus estabelecimentos, que não o participante desta licitação, execute o futuro contrato, deverá apresentar toda documentação de habilitação de ambos os estabelecimentos.

- 11.6.5** Todo e qualquer documento apresentado em língua estrangeira deverá estar acompanhado da respectiva tradução para o idioma pátrio, feita por tradutor público juramentado.
- 11.6.6** Não serão aceitos documentos cujas datas e caracteres estejam ilegíveis ou rasurados de tal forma que não possam ser entendidos.
- 11.6.7** Os documentos exigidos para habilitação não poderão, em hipótese alguma, ser substituídos por protocolos, que apenas configurem o seu requerimento, não podendo, ainda, ser remetidos posteriormente ao prazo fixado.
- 11.6.8** O Pregoeiro e sua Equipe de Apoio verificarão eventual descumprimento das vedações de participação na licitação, mediante consulta ao:
- 11.6.8.1** Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, no endereço eletrônico www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php;
 - 11.6.8.2** Cadastro Nacional das Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no endereço eletrônico <https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>;
 - 11.6.8.3** Portal de Sanções Administrativas, no endereço eletrônico https://www.bec.sp.gov.br/Sancoes_ui/aspx/sancoes.aspx;
 - 11.6.8.4** Rol de Empresas Punidas, disponível no endereço eletrônico http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/gestao/suprimentos_e_servicos/empresas_punidas/index.php?p=9255;
 - 11.6.8.5** Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), disponível no endereço eletrônico <https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>;
 - 11.6.8.5.1** As consultas referentes aos subitens **11.6.8.2** e **11.6.8.5** poderão ser efetuadas através: <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br> .
 - 11.6.8.6** As consultas realizar-se-ão em nome da licitante e também de eventual matriz ou filial e de seus sócios majoritários.
- 11.7** Os documentos serão analisados pelo Pregoeiro e sua Equipe de Apoio quanto a sua conformidade com os solicitados e serão anexados ao processo administrativo pertinente a esta licitação.

11.7.1 Estando a documentação de habilitação da licitante vencedora em desacordo com as exigências do Edital, ela será inabilitada.

11.7.1.1 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal de microempresa ou empresa de pequeno porte assim qualificada, bem como de cooperativa que preencha as condições estabelecidas no artigo 1º, § 2º, do Decreto nº 56.475/2015, a sessão será suspensa, concedendo-se o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, para regularização, de forma a possibilitar, após tal prazo, sua retomada, nos termos do disposto no artigo 17 do Decreto nº 56.475/2015.

11.7.2 Sendo inabilitada a proponente cuja proposta tenha sido classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, verificando sua aceitabilidade e procedendo à habilitação da licitante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta ou lance e proponente que atendam o Edital.

11.7.3 Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos em momento posterior ao julgamento das propostas e apenas do licitante mais bem classificado, salvo na hipótese de inversão de fases; caso em que os licitantes deverão encaminhar a proposta e, simultaneamente, os documentos de habilitação, por meio do sistema.

11.7.4 Após a entrega dos documentos de habilitação, não será admitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência para complementação de informações em relação aos documentos já apresentados e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame e atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

11.7.3 Estando a documentação de habilitação da licitante completa, correta, com observância de todos os dispositivos deste Edital e seus Anexos, e amostras aprovados, se requerida, o Pregoeiro considerará a proponente habilitada e vencedora do certame.

12 AMOSTRAS

- 12.1** **Não haverá exigência de apresentação prévia de amostras** para participação no certame, uma vez que as especificações técnicas constantes neste Termo de Referência são suficientes para caracterizar o objeto, conforme o disposto no art. 14, §1º, da Lei nº 14.133/2021, que admite a dispensa de amostras quando a descrição do objeto for plenamente objetiva. Ressalta-se que, caso o material entregue esteja em desacordo com as especificações aqui estabelecidas, a contratada deverá proceder à sua substituição imediata, às suas expensas, nos termos dos arts. 37, 81, 141 e 147 da Lei nº 14.133/2021, bem como conforme demais dispositivos aplicáveis. A recusa ou atraso na substituição sujeitará a contratada às penalidades previstas neste instrumento.

13 FASE RECURSAL

- 13.1** Qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, não inferior a 10 minutos, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.
- 13.2** As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de três dias úteis, contados a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases, da ata de julgamento.
- 13.3** Os demais licitantes ficarão intimados para se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de três dias úteis, contado da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.
- 13.4** Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 13.5** O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados.
- 13.6** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão, a qual poderá reconsiderar a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento dos autos.

- 13.7** O recurso e pedido de reconsideração terão efeito suspensivo até a decisão final pela autoridade competente.

13 ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- 13.1** Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

14 PREÇO

- 14.1** O preço que vigorará no ajuste será o ofertado pela licitante a quem for o mesmo adjudicado.
- 14.2** Este preço inclui todos os custos diretos e indiretos, impostos, taxas, benefícios, encargos sociais, trabalhistas e fiscais que recaiam sobre o objeto, incluindo frete até o local de entrega designado pela Prefeitura, transporte, etc..., e constituirá, a qualquer título, a única e completa remuneração pelo seu adequado e perfeito cumprimento, de modo que nenhuma outra remuneração será devida.
- 14.3** Os preços registrados e os contratos deles decorrentes poderão ser reajustados após 1 (um) ano da data base fixada na Ata de Registro de Preços.

15 DISPOSIÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

- 15.1** As obrigações decorrentes deste PREGÃO consubstanciar-se-ão em Ata de Registro de Preço, cuja minuta consta do **Anexo VI**.
- 15.2** O prazo para devolução da Ata de Registro de Preço assinada será de 03 (três) dias úteis, contados da convocação da adjudicatária via e-mail.
- 15.2.1** A Ata assinada poderá ser devolvida ao mesmo e-mail no caso de assinatura digital ou via postagem, endereçada ao Setor de Atas, Rua Dr. Siqueira Campos, 172, 5ª andar, Liberdade, Cep 01509-020 – São Paulo – SP.
- 15.2.2** A Ata de Registro de Preços assinada deverá ser acompanhada de:
- 15.2.2.1** Documentos atualizados, se necessário: Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante a apresentação de

Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda e o Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviços – FGTS, bem como comprovado que o licitante não se encontra com pendências no Cadastro Informativo Municipal – CADIN.

- 15.3** A Ata de Registro de Preço deverá ser assinada pelo representante legal da adjudicatária (diretor, sócio da empresa ou procurador), mediante a apresentação de procuração e cédula de identidade, na hipótese de nomeação de procurador, caso não seja a mesma pessoa já identificada no processo uma vez comprovado o recolhimento dos emolumentos devidos e atendidas as exigências do subitem **15.2.2.1**.
- 15.4** O prazo para assinatura da ata poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela adjudicatária durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.
- 15.5** O prazo de vigência da presente Ata de Registro de Preços é de um ano, prorrogável por até igual período, nos termos do art. 14 do Decreto Municipal nº 56.144/2015, mediante o cumprimento satisfatório das obrigações da Detentora, bem como aferição de vantagem técnica/econômica mediante pesquisa mercadológica.
- 15.5.1** O atendimento do item **15.5**, nas hipóteses em que os contratos decorrentes da utilização de Ata de RP onerarem dotação orçamentária referente à transferência de recursos de outro ente federativo, fica condicionada à observação da legislação do respectivo órgão.

16 CONDIÇÕES DO AJUSTE

- 16.1** É facultado à Administração, quando o convocado não formalizar o ajuste no prazo e condições estabelecidos, inclusive na hipótese de impedimento da contratação, sem embargo da aplicação das penalidades cabíveis, retomar o procedimento, mediante agendamento de nova Sessão Pública, ou revogar a licitação.
- 16.1.1** Na hipótese de retomada do procedimento, as demais licitantes classificadas serão convocadas para participar da nova sessão pública do pregão, com vistas a celebração da contratação.

16.1.2 O aviso da nova sessão será publicado no Diário Oficial da Cidade e divulgação nos endereços eletrônicos <https://www.gov.br/compras/pt-br/> e painel de negócios do Diário Oficial da Cidade de São Paulo.

16.1.3 Na sessão o Pregoeiro convocará as licitantes classificadas remanescentes, na ordem de classificação, promovendo a averiguação das condições de aceitabilidade de preços e de habilitação, procedendo-se conforme especificações deste edital, até o encontro de uma proposta e licitante que atendam a todas as exigências estabelecidas, sendo a respectiva licitante declarada vencedora e a ela adjudicado o objeto da licitação.

17. PRAZO, CONDIÇÕES E LOCAIS DE ENTREGA

17.1 O prazo de entrega do objeto contratual, será o prazo declinado na proposta respeitado o limite estabelecido no Anexo I neste edital.

17.1.1 Somente serão analisados pela Administração os pedidos de prorrogação do prazo de entrega do objeto que se apresente com as condições seguintes:

17.1.1.1 Até a data final prevista para a entrega; e,

17.1.1.2 Instruídos com justificativas que demonstrem fato imputável exclusivamente à Administração Pública ou caso fortuito e força maior

17.1.2 Os pedidos instruídos em condições diversas das previstas no subitem anterior serão indeferidos de pronto.

17.2 O material deverá ser entregue de acordo com o ofertado na proposta, no local e horário discriminado no Anexo I deste Edital, correndo por conta da Contratada todas as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, decorrentes do fornecimento, no seguinte endereço:

- **Almoxarifado da Divisão de Vigilância de Zoonoses – DVZ**

Itens 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24

Endereço: Avenida Santos Dumont, 637 – Portaria 2 (logo após o Teatro Alfredo Mesquita – nº 1.770) Santana – São Paulo/SP – CEP: 01101-000.

Telefones: (11) 2974-7846 / 7847

E-mail: arboviroses@prefeitura.sp.gov.br; emasi@prefeitura.sp.gov.br;
caraki@prefeitura.sp.gov.br

Horário de funcionamento: de **2ª a 6ª** feira (exceto feriados e pontos facultativos) das **9h00 às 15h00**.

- **CADI**

Itens 9, 10, 11, 12, 13

Endereço: Avenida Otaviano Alves e Lima, 4000 - Freguesia do Ó, São Paulo. CEP: 02901-000.

Telefones: (11) 5465-9529 (11) 3931-3985

E-mail: cadi@prefeitura.sp.gov.br;
imunizacaoccd@prefeitura.sp.gov.br

Horário de funcionamento: de **2ª a 6ª** feira (exceto feriados e pontos facultativos) das **9h00 às 15h00**.

- **FISCAIS DO CONTRATO:**

SMS/SEABEVS/COVISA/ARBOVIROSES

Carina Araki de Freitas, RF 7833067

E-mail: caraki@prefeitura.sp.gov.br

Telefone: 11 2974-7846/47

SMS/COVISA/DVPSIS/NLCQS

Gabriela Fernandes da Silva Barreira Gouveia, RF 784.183.3

E-mail: gfsbarreira@prefeitura.sp.gov.br

Telefone: 11 2218-8645

Jocélio Furtado Tavares, RF 893.063.3

E-mail: joceliofurato@prefeitura.sp.gov.br

Telefone: 11 2218-8621

Natalia Herrera da Silva, RF 919.803-2

E-mail: nataliahsilva@prefeitura.sp.gov.br

Telefone: 11 2218-8624

Marco Antonio Staufacar C, RF 807.014-8

E-mail: mastaufacar@prefeitura.sp.gov.br

Telefone: 11 2218-8608

SMS/COVISA/G/PMI

Isabel Gomes Pereira, RF 7849141

E-mail: imunizacaoccd@prefeitura.sp.gov.br

Telefone: 11 5465-9529

Cristina de Almeida Dias, RF 806.694.9

E-mail: cadi@prefeitura.sp.gov.br

Telefone: 11 3931-3985

Ana Célia Vieira de Santana, RF 784.666.5

E-mail: cadi@prefeitura.sp.gov.br

Telefone: 11 3931-3985

17.3 A documentação a ser entregue pelo fornecedor é a seguinte:

- a)** Primeira Via da Nota Fiscal;
- b)** Nota Fiscal Fatura;
- c)** Cópia reprográfica da Nota de Empenho.

17.3.1 Na hipótese de existir Nota de retificação e/ou Nota Suplementar de Empenho, cópia(s) da(s) mesma(s) deverá(ão) acompanhar os demais documentos citados.

17.4 A licitante vencedora deverá **entregar no máximo até 3 (três) LOTES** de cada material, conforme ordem de fornecimento, junto ao Almoxarifado Central - CDMEC.

17.4.1 A licitante deverá **solicitar autorização** junto a **SMS-3/Diretoria de Suprimentos**, para entrega(s) com quantitativo(s) superior(es) ao citado no **item 18.4**.

18 RECEBIMENTO DO OBJETO

18.1 O objeto da contratação será recebido pela contratante provisoriamente e definitivamente consoante o disposto art. 140 da Lei Federal nº 14.133/2021 e art. 141, inciso II, do Decreto Municipal nº 62.100/2022.

18.1.1 O descarregamento do objeto ficará a cargo do fornecedor, devendo ser providenciada a mão de obra necessária, se assim o for.

18.1.2 No ato da entrega, os produtos serão recebidos pela Contratante, para posterior verificação do atendimento às condições deste Edital e da conformidade com a marca e/ou fabricante declinados na proposta.

18.1.3 Caso seja constatado que os produtos entregues apresentam irregularidades, não correspondem às especificações deste Edital ou não conferem com a marca e/ou fabricante declinados na proposta da Contratada ou estão fora dos padrões determinados, eles serão rejeitados e devolvidos, podendo a Administração rescindir a contratação ou determinar a substituição dos produtos, pelos corretos, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da comunicação, por escrito, mantido o preço contratado e sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

18.1.4 Caso as irregularidades digam respeito à diferença de quantidade ou de partes, a Administração poderá determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

18.1.4.1 Na hipótese de complementação, a contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

18.1.5 O recebimento e aceite do objeto pela Contratante não exclui a responsabilidade civil da Contratada por vícios de quantidade ou qualidade do material ou disparidades com as especificações estabelecidas no **ANEXO I**, verificadas posteriormente.

19 CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

19.1 O prazo de pagamento será de 30 (trinta) dias, contados da data do adimplemento do objeto, mediante o fornecimento do material e a entrega na Unidade Requisitante dos documentos discriminados na cláusula **17.3** deste edital e o atestado de recebimento e aprovação dos produtos pela Prefeitura.

19.1.1 A Nota Fiscal/Fatura que apresentar incorreções, quando necessário, será devolvida e seu vencimento ocorrerá em até 30 (trinta) dias após a data de sua reapresentação válida.

19.1.2 Caso ocorra a necessidade de providências complementares por parte da Contratada, a fluência do prazo de pagamento será interrompida, reiniciando-se a contagem a partir da data em que estas forem cumpridas.

19.1.3 Antes do pagamento a contratante efetuará consulta ao Cadastro Informativo Municipal – CADIN MUNICIPAL, por força da Lei Municipal nº 14.094/2005 e Decreto nº 47.096/2006, do qual não poderá constar qualquer pendência.

19.2 Quaisquer pagamentos não isentarão a Contratada das responsabilidades contratuais, nem implicarão na aceitação do material.

19.3 Os pagamentos obedecerão às Portarias da Secretaria Municipal de Finanças e Desenvolvimento Social (SF) em vigor, ficando ressalvada qualquer alteração quanto às normas referentes a pagamento dos fornecedores.

20 PENALIDADES

20.1 São aplicáveis as sanções e procedimentos previstos no Título IV, Capítulo I da Lei Federal nº 14.133/2021 e Seção XI do Decreto Municipal nº 62.100/2022

20.1.1 As penalidades só deixarão de ser aplicadas nas seguintes hipóteses:

- a)** Comprovação, anexada aos autos, da ocorrência de força maior impeditiva do cumprimento da obrigação; e/ou,
- b)** Manifestação da unidade requisitante, informando que o ocorrido derivou de fatos imputáveis exclusivamente à Administração.

20.2 Ocorrendo recusa da adjudicatária na assinatura da Ata de Registro de Preços, dentro do prazo estabelecido neste Edital, sem justificativa aceita pela Administração, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa, serão aplicadas:

- a)** Multa no valor de 20% (vinte por cento) do valor do ajuste se firmado fosse;
- b)** Pena de impedimento de licitar e contratar pelo prazo de até 3 (três) anos com a Administração Pública, a critério da Prefeitura;

20.2.1 Incidirá nas mesmas penas previstas neste subitem a empresa que estiver impedida de firmar o ajuste pela não apresentação dos documentos necessários para tanto.

20.3 À **licitante que ensejar o retardamento da execução do certame**, inclusive em razão de comportamento inadequado de seus representantes, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida neste edital, não manter a proposta/lance, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, se microempresa ou pequena empresa não regularizar a documentação fiscal no prazo concedido para este fim, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa, serão aplicadas as penalidades referidas nas alíneas “a” e “b” do subitem **20.2** ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, a depender da natureza e gravidade da infração cometida e peculiaridades do caso em concreto.

- 20.4** As penalidades poderão ainda ser aplicadas em outras hipóteses, nos termos da Lei, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa, sendo que com relação a multas serão aplicadas como segue:
- 20.4.1** Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do ajuste, por inexecução total do objeto.
- 20.4.2** Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela inexecutada, por inexecução parcial do ajuste.
- 20.4.3** Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor do ajuste, por descumprimento de qualquer das obrigações decorrentes do ajuste, não previstas nas demais disposições desta cláusula;
- 20.4.4** Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, por rescisão do ajuste decorrente de culpa da Contratada;
- 20.4.5** Multa de 1% (um por cento) sobre o valor da parcela em atraso, até o máximo de 10% (dez por cento).
- 20.4.5.1** Ocorrendo atraso superior a 30 (trinta) dias, a unidade requisitante poderá, a seu critério, recusar o recebimento do material, aplicando as sanções referentes à inexecução parcial ou total do ajuste, conforme o caso;
- 20.5** As sanções são independentes e a aplicação de uma não exclui a das outras, quando cabíveis.
- 20.6** Das decisões de aplicação de penalidade, caberá recurso nos termos dos artigos 166 e 167 da Lei Federal nº 14.133/2021, observados os prazos nele fixados, que deverá ser dirigido à Diretoria de Suprimentos, Rua Dr. Siqueira Campos, 172, 5ª andar, Liberdade, Cep 01509-020 – São Paulo – SP Capital, e protocolizado nos dias úteis, das 08h00 às 17h00.
- 20.6.1** Não serão conhecidos recursos enviados pelo correio, telex, fac-símile, correio eletrônico ou qualquer outro meio de comunicação, se, dentro do prazo previsto em lei, a peça inicial original não tiver sido protocolizada.
- 20.6.2** Caso a Contratante releve justificadamente a aplicação da multa ou de qualquer outra penalidade, essa tolerância não poderá ser considerada como modificadora de qualquer condição contratual, permanecendo em pleno vigor todas as condições deste Edital.
- 20.7** Os procedimentos de aplicação das penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar serão conduzidos por comissão, nos termos do artigo 158, “caput” e § 1º, da [Lei Federal nº 14.133, de 2021](#).

- 20.8** São aplicáveis à presente licitação e ao ajuste dela decorrente no que cabível for, inclusive, as sanções penais estabelecidas na Lei Federal nº 14.133/2021.

21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 21.1** No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 21.2** As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa e o princípio do formalismo moderado, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.
- 21.3** As licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a PMSP não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 21.4** As licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do certame.
- 21.4.1** A falsidade de qualquer declaração prestada poderá caracterizar o crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penas e das sanções administrativas previstas na legislação pertinente, mediante o devido processo legal, e implicará, também, a inabilitação da licitante se o fato vier a ser constatado durante o trâmite da licitação.
- 21.5** A licitante vencedora deverá comunicar à Administração toda e qualquer alteração nos dados cadastrais, para atualização, devendo manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 21.6** O ajuste, suas alterações e rescisão obedecerão à Lei Federal nº 14.133/2021, demais normas complementares e disposições deste Edital, aplicáveis à execução dos contratos e especialmente os casos omissos.
- 21.7** A revogação ou anulação da licitação observará os procedimentos e normas previstas no art. 71 da Lei Federal nº 14.133/2021
- 21.8** O Pregoeiro poderá promover diligências destinada à complementação de informações sobre documentos já apresentados, desde que se tratem de fatos existentes à época da abertura do certame e atualização de documentos cuja

validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas, nos termos do art. 64 da Lei Federal nº 14.133/2021.

- 21.9** Os casos omissos e as dúvidas surgidas serão resolvidos pelo Pregoeiro ouvidas, se for o caso, as Unidades competentes.
- 21.10** Integrarão o ajuste a ser firmado, para todos os fins, a proposta da Contratada, a Ata de Registro de Preços e o Edital da Licitação, com seus anexos, que o precedeu, independentemente de transcrição.
- 21.11** Nenhuma tolerância das partes quanto à falta de cumprimento de quaisquer das cláusulas do ajuste poderá ser entendida como aceitação, novação ou precedente.
- 21.12** A Contratada não poderá subcontratar, ceder ou transferir o objeto do contrato, no todo ou em parte, a terceiros, sob pena de rescisão.
- 21.13** Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições contratuais em face da superveniência de normas federais e municipais disciplinando a matéria.
- 21.14** Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, observado o art. 183 da Lei Federal 14.133/2021
- 21.15** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário do Pregoeiro.
- 21.16** Os atos relativos à licitação efetuados por meio do sistema serão formalizados e registrados em processo administrativo pertinente ao certame.
- 21.17** O resultado deste Pregão e os demais atos pertinentes a esta licitação, sujeitos a publicação, serão divulgados no Diário Oficial da Cidade e no sítio eletrônico painel de negócios do Diário Oficial da Cidade de São Paulo, bem como no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP
- 21.18** O pregoeiro e a equipe de apoio que atuarão neste pregão eletrônico foram designados nos autos do processo administrativo a ele pertinente e indicados no sistema.
- 21.19** O Edital e seus anexos estão disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico painel de negócios do Diário Oficial da Cidade de São Paulo.

- 21.20** As dúvidas interpretativas e eventuais omissões serão realizadas com plena observância ao disposto nas normas previstas na Lei Federal 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 62.100/2022.
- 21.21** O licitante vencedor deverá, caso nunca tenha fornecido à PMSP anteriormente, no prazo de 03 (três) dias úteis, a partir da homologação do certame, encaminhar aos cuidados da pregoeira Vanesca, e-mail vcristinas@prefeitura.sp.gov.br, os documentos relacionados abaixo, para que seja providenciado o cadastro da empresa junto à Secretaria de Finanças – SF, sob pena de aplicação das penalidades previstas no subitem **20.3** deste Edital:
- 21.21.1** Cópia do cartão do CNPJ;
- 21.21.2** Cópia de comprovante da conta corrente no **BANCO do BRASIL** em nome da empresa constando RAZÃO SOCIAL e CNPJ cadastrado no sistema Comprasgov, conforme estabelecido no Decreto nº **51.197**, de 22 de janeiro de **2010** e **SF 09/2021**.
- 21.21.3** Procuração, com firma reconhecida, em nome da pessoa que for assinar a FACC (documento de cadastro junto a CONT/SF) ou contrato social em que conste o nome da pessoa autorizada a assinar pela empresa.
- 21.21** Fica desde logo eleito o Foro da Comarca da Capital – Vara da Fazenda Pública - para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes do presente certame ou de ajuste dele decorrente.

São Paulo, 11 de junho de 2026

Vanesca Cristina da Silva
Presidente da 6ª CPL/SMS
Portaria Nº 614/2025/SMS

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

Resumo dos Itens:

ITEM 1 – BALDE PLÁSTICO GRADUADO 10 L

Balde plástico graduado, com capacidade nominal de 10 (dez) litros, confeccionado em polietileno de alta resistência, com marcações de volume impressas e legíveis ao longo do corpo do recipiente. Deve possuir alça metálica resistente para transporte e formato rotomoldado, garantindo maior durabilidade e resistência ao uso contínuo. O material deverá ser adequado para o preparo, medição, acondicionamento e transporte de líquidos, incluindo soluções utilizadas em atividades laboratoriais, entomológicas e operacionais de campo, sem sofrer deformações, vazamentos ou comprometimento de suas propriedades físicas durante o uso normal. Requisitos mínimos: Capacidade: 10 litros Material: polietileno resistente Graduação visível e permanente Alça metálica para transporte Uso: atividades laboratoriais e operacionais.

Código Supri: 510700040020318-8

Quantidade CMM: 8 Unidades

Quantidade CMA: 96 Unidades

Exclusivo para ME/EPP/Cooperativas

CATMAT 345329

ITEM 2 – BALDE PLÁSTICO GRADUADO 20 L

Balde plástico graduado com capacidade nominal de 20 litros, confeccionado em polietileno de alta resistência, com marcações de volume impressas e legíveis. Deve possuir alça metálica resistente para transporte e formato rotomoldado, garantindo durabilidade e resistência ao uso contínuo. Indicado para preparo, medição e transporte de líquidos utilizados em atividades laboratoriais e operacionais. Requisitos mínimos: Capacidade: 20 litros Material: polietileno resistente Graduação visível e permanente Alça metálica para transporte Uso: atividades laboratoriais e operacionais.

Código Supri: 510700040020416-8

Quantidade CMM: 9 Unidades

Quantidade CMA: 108 Unidades

Exclusivo para ME/EPP/Cooperativas

CATMAT 419111

ITEM 3 – BOMBONA PLÁSTICA GRADUADO 10 L

Bombona plástica em polietileno, com capacidade de 10 litros, graduada, dotada de tampa com vedação segura, indicada para acondicionamento de líquidos e produtos utilizados em atividades laboratoriais e operacionais.

Código Supri: 512450050020007-7

Quantidade CMM: 9 Unidades

Quantidade CMA: 108 Unidades

Exclusivo para ME/EPP/Cooperativas

CATMAT 450482

ITEM 4 – BOMBONA PLÁSTICA 50 L - GRADUADO

Bombona plástica em polietileno, com capacidade de 50 litros, graduada, dotada de tampa com vedação segura, indicada para acondicionamento de líquidos e produtos utilizados em atividades laboratoriais e operacionais.

Código Supri: 512450050020005-0

Quantidade CMM: 8 Unidades

Quantidade CMA: 96 Unidades

Exclusivo para ME/EPP/Cooperativas

CATMAT 338962

ITEM 5 – BANDEJA PLÁSTICA BRANCA 9 L

Bandeja plástica resistente, cor branca, com capacidade aproximada de 9 litros, dimensões aproximadas de 42,5 x 34,5 x 8,5 cm, indicada para acondicionamento, organização e transporte de materiais em atividades laboratoriais e operacionais.

Código Supri: 512100020010300-6

Quantidade CMM: 5 Unidades

Quantidade CMA: 60 Unidades

Exclusivo para ME/EPP/Cooperativas

CATMAT 413112

ITEM 6 – FRASCO PLÁSTICO 1000 mL COM TAMPA E BATOQUE

Frasco plástico em polietileno, capacidade de 1.000 mL, com tampa rosqueável e batoque interno, indicado para acondicionamento seguro de líquidos.

Código Supri: 111900110030079-3

Quantidade CMM: 8 Unidades

Quantidade CMA: 96 Unidades

Exclusivo para ME/EPP/Cooperativas

CATMAT 619875

ITEM 7 – VASO PLÁSTICO 1 L SEM FURO E SEM PRATO

Vaso plástico com capacidade aproximada de 1 litro, SEM furo inferior e SEM prato, indicado para uso em atividades entomológicas e experimentais.

Código Supri: 110800080030039-2

Quantidade CMM: 417 Unidades

Quantidade CMA: 5.004 Unidades

Exclusivo para ME/EPP/Cooperativas

CATMAT 243834

ITEM 8 – BACIA PLÁSTICA PEQUENA - 750 ML

Bacia plástica canelada, cor branca opaca, capacidade aproximada de 750 mL, dimensões aproximadas: diâmetro de 15 a 18 cm e altura de 5 a 7 cm, bordas retas.

Código Supri: 111900110030478-0

Quantidade CMM: 2.084 Unidades

Quantidade CMA: 25.008 Unidades

Ampla Concorrência

CATMAT 471236

ITEM 9 – CESTO PLÁSTICO RETANGULAR VAZADO – CAPACIDADE 3 LITROS

Recipiente de plástico rígido (polipropileno – PP ou polietileno de alta densidade – PEAD), de formato retangular, com laterais vazadas (perfuradas) para circulação de ar e fácil limpeza. Superfície lisa, sem rebarbas e cantos arredondados. Sem tampa. Material não tóxico, lavável, resistente a impactos, umidade e agentes de limpeza comuns. Cor branca ou transparente. Capacidade de cerca de 3 litros. Preferencialmente com encaixe para empilhamento seguro. Dimensões aproximadas (podendo variar em até 20%): volume: 3 litros; altura: 8 a 11 cm; largura: 12 a 15 cm; comprimento: 20 a 25cm.

Código Supri: 510700040020417-6

Quantidade CMM: 10 Unidades

Quantidade CMA: 120 Unidades

Exclusivo para ME/EPP/Cooperativas

CATMAT 473286

ITEM 10 – CESTO PLÁSTICO RETANGULAR VAZADO – CAPACIDADE 1,5 LITROS

Recipiente de plástico rígido (polipropileno – PP ou polietileno de alta densidade – PEAD), de formato retangular, com laterais vazadas (perfuradas) para circulação de ar e fácil limpeza. Superfície lisa, sem rebarbas e cantos arredondados. Sem tampa. Material não tóxico, lavável, resistente a impactos, umidade e agentes de limpeza comuns. Cor branca ou transparente. Capacidade de cerca de 1,5 litros. Preferencialmente com encaixe para empilhamento seguro. Dimensões aproximadas (podendo variar em até 20%): volume: 1,5 litros; altura: 9 a 12 cm; largura: 10 a 12 cm; comprimento: 14 a 18cm.

Código Supri: 510700040020418-4

Quantidade CMM: 15 Unidades

Quantidade CMA: 180 Unidades

Exclusivo para ME/EPP/Cooperativas

CATMAT 612234

ITEM 11 – CAIXA PLÁSTICA EMPILHÁVEL 52 LITROS, TIPO HORTIFRUTI ORGANIZADORA

Formato retangular, de plástico, com estrutura vazada que permite circulação de ar, com local específico nas laterais para encaixe das mãos, cor preta, capacidade de 52 litros. Dimensões aproximadas (podendo variar em até 15%): volume: 52 litros; altura: 31,5cm; largura: 36cm; comprimento: 56cm.

Código Supri: 512450060010179-8

Quantidade CMM: 3 Unidades

Quantidade CMA: 36 Unidades

Exclusivo para ME/EPP/Cooperativas

CATMAT 316858

ITEM 12 – POTE DE PLÁSTICO DESCARTÁVEL DE 250 ML

Pote de plástico descartável, formato retangular, confeccionado em polipropileno (PP), transparente, com tampa (articulada ou não), capacidade nominal de 250 mL. Dimensões aproximadas: altura de 4,5 cm, largura de 7,5 cm e comprimento de 10,0 cm (podendo variar em até 20%). Material atóxico, resistente e compatível com o acondicionamento temporário de imunobiológicos.

Código Supri: 110650030090041-9

Quantidade CMM: 388 Unidades

Quantidade CMA: 4.656 Unidades

Exclusivo para ME/EPP/Cooperativas

CATMAT 311829

ITEM 13 – POTE DE PLÁSTICO DESCARTÁVEL DE 500 ML

Pote de plástico descartável, formato retangular, confeccionado em polipropileno (PP), transparente, com tampa, capacidade nominal de 500 mL. Dimensões aproximadas: altura de 5,2 cm, largura de 12,0 cm e comprimento de 16,4 cm (podendo variar em até 20%). Material atóxico e resistente.

Código Supri: 110650030090042-7

Quantidade CMM: 270 Unidades

Quantidade CMA: 3.240 Unidades

Exclusivo para ME/EPP/Cooperativas

CATMAT 374713

ITEM 14 – PROVETA PLÁSTICA GRADUADA 1.000 ML

Proveta plástica transparente, graduada, com capacidade de 1.000 mL, dotada de bico direcionador e base estável, indicada para medição precisa de volumes líquidos em atividades laboratoriais e entomológicas.

Código Supri: 111900110020296-1

Quantidade CMM: 8 Unidades

Quantidade CMA: 96 Unidades

Exclusivo para ME/EPP/Cooperativas

CATMAT 409896

ITEM 15 – PIPETA PASTEUR DESCARTÁVEL 3 ML

Pipeta tipo Pasteur, descartável, confeccionada em plástico transparente, com capacidade aproximada de 3 mL, indicada para aspiração e transferência de pequenos volumes líquidos em atividades laboratoriais.

Código Supri: 111900110020748-3

Quantidade CMM: 209 Unidades

Quantidade CMA: 2.508 Unidades

Exclusivo para ME/EPP/Cooperativas

CATMAT 423975

ITEM 16 – FUNIL PLÁSTICO MULTIUSO FLEXÍVEL

Funil plástico multiuso confeccionado em polipropileno flexível, acabamento preto, com diâmetro aproximado de 15 cm e comprimento aproximado de 20 cm, indicado para transferência de líquidos, inclusive combustíveis, óleos e soluções aquosas compatíveis com o material.

Código Supri: 111900110030466-7

Quantidade CMM: 6 Unidades

Quantidade CMA: 72 Unidades

Exclusivo para ME/EPP/Cooperativas

CATMAT 633836

ITEM 17 – BASTÃO DE LABORATÓRIO EM POLIPROPILENO (10 x 300 mm)

Bastão de laboratório confeccionado em polipropileno, dimensões aproximadas de 10 x 300 mm, indicado para agitação e homogeneização de soluções.

Código Supri: 111900110020624-0

Quantidade CMM: 8 Unidades

Quantidade CMA: 96 Unidades

Exclusivo para ME/EPP/Cooperativas

CATMAT 409533

ITEM 18 – CONCHA EM AÇO INOXIDÁVEL 22 cm

Concha confeccionada em aço inoxidável, com comprimento aproximado de 22 cm, indicada para coleta e manuseio de líquidos em atividades laboratoriais e operacionais.

Código Supri: 512100020020200-4

Quantidade CMM: 5 Unidades

Quantidade CMA: 60 Unidades

Exclusivo para ME/EPP/Cooperativas

CATMAT 423669

ITEM 19 – SACO PLÁSTICO EM BOBINA PICOTADA

Saco plástico em polietileno, capacidade aproximada de 3 kg, dimensões aproximadas de 35 x 25 cm, espessura mínima de 0,10 mm, apresentado em bobina picotada com aproximadamente 500 sacos.

Código Supri: 112450010010247-9

Quantidade CMM: 19 Bobinas

Quantidade CMA: 228 Bobinas

Exclusivo para ME/EPP/Cooperativas

CATMAT 460049

ITEM 20 – ESPONJA DE LIMPEZA MULTIUSO

Espunja de limpeza confeccionada em espuma e fibra sintética, formato retangular, dupla face (uma macia e outra abrasiva), indicada para limpeza geral.

Código Supri: 510700040020380-3

Quantidade CMM: 171 Unidades

Quantidade CMA: 2.052 Unidades

Exclusivo para ME/EPP/Cooperativas

CATMAT 315077

ITEM 21 – PÁ COLETORA DE LIXO COM CABO

Pá coletora de lixo confeccionada em plástico resistente, com cabo plástico de aproximadamente 90 cm, modelo sem tampa, indicada para limpeza e coleta de resíduos.

Código Supri: 510700040010017-6

Quantidade CMM: 8 Unidades

Quantidade CMA: 96 Unidades

Exclusivo para ME/EPP/Cooperativas

CATMAT 416112

ITEM 22 – VASSOURA COM CABO ROSQUEÁVEL

Vassoura com cerdas em PET reciclado, cepa plástica de aproximadamente 40 cm e cabo rosqueável de 1,50 m, indicada para limpeza geral.

Código Supri: 510700040010179-2

Quantidade CMM: 8 Unidades

Quantidade CMA: 96 Unidades

Exclusivo para ME/EPP/Cooperativas

CATMAT 476381

ITEM 23 – TOALHA DE PAPEL EM BOBINA

Toalha de papel branca, 100% fibras celulósicas, folha dupla, gofrada, apresentada em bobinas com aproximadamente 60 folhas, indicada para limpeza e secagem.

Código Supri: 512550080010127-6

Quantidade CMM: 135 Unidades

Quantidade CMA: 1.620 Unidades

Exclusivo para ME/EPP/Cooperativas

CATMAT 440603

ITEM 24 – ÓCULOS DE PROTEÇÃO – EPI

Óculos de proteção de ampla visão, confeccionados em policarbonato, com lentes transparentes, indicados para proteção ocular em atividades laboratoriais e aplicação de inseticidas. Devem possuir Certificado de Aprovação (CA) válido, conforme NR-06.

Código Supri: 511050020010467-0 4

Quantidade CMM: 256 Unidades

Quantidade CMA: 3.072 Unidades

Ampla Concorrência

CATMAT 321891

TERMO DE REFERÊNCIA NA ÍNTEGRA

PROCESSO Nº 6018.2026/0028567-0

1. OBJETO

Abertura de Ata de Registro de Preços para aquisição de materiais plásticos, laboratoriais, de apoio operacional e Equipamentos de Proteção Individual (EPI), destinados ao atendimento das atividades desenvolvidas pelo Programa Municipal de Combate às Arboviroses – PMARBO, pela Divisão de Vigilância de Zoonoses – DVZ, pelo Laboratório Central de Qualidade em Saúde – LCQS, pela Coordenadoria de Saúde e Proteção ao Animal Doméstico – COSAP e pelo Programa Municipal de Imunizações – PMI, no âmbito da Secretaria Municipal da Saúde do Município de São Paulo. A contratação fundamenta-se na Lei Federal nº 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 62.100/2022.

2. JUSTIFICATIVA

A presente contratação justifica-se pela necessidade de garantir a continuidade, regularidade e efetividade das ações desenvolvidas no âmbito da Vigilância em Saúde do Município de São Paulo, especialmente aquelas executadas pelo Programa Municipal de Combate às Arboviroses – PMARBO, pela Divisão de Vigilância de Zoonoses – DVZ, pelo Laboratório Central de Qualidade em Saúde – LCQS, pela Coordenadoria de Saúde e Proteção ao Animal Doméstico – COSAP e pelo Programa Municipal de Imunizações – PMI. Os materiais objeto deste Termo de Referência são utilizados de forma contínua e transversal nas atividades de vigilância entomológica, controle

vetorial, apoio laboratorial, ações de campo, manejo animal, controle de zoonoses e apoio logístico às ações de imunização, sendo indispensáveis para o adequado funcionamento das rotinas operacionais e laboratoriais dessas áreas. No âmbito do PMARBO, os insumos são essenciais para a execução das ações permanentes de vigilância epidemiológica e entomológica, controle do vetor e apoio às atividades de campo e de laboratório, fundamentais para a prevenção, o monitoramento e a redução do risco de transmissão das arboviroses no território municipal. Para a Divisão de Vigilância de Zoonoses – DVZ, a contratação é necessária para assegurar condições adequadas de biossegurança, proteção dos profissionais e suporte operacional às atividades relacionadas à vigilância epidemiológica, à vacinação antirrábica animal, ao atendimento de esporotricose animal e às ações de vigilância, prevenção e controle da fauna sinantrópica. Os materiais subsidiam diretamente as rotinas de manipulação e aplicação de desinfestantes, bem como outras atividades de campo e laboratoriais, reduzindo riscos ocupacionais e sanitários. No LCQS, os materiais viabilizam o adequado acondicionamento, proteção e organização de vidrarias e utensílios utilizados nas rotinas laboratoriais, garantindo a integridade dos insumos, o cumprimento das normas de biossegurança e a qualidade dos processos analíticos. No âmbito da COSAP, os itens são empregados nas atividades de manejo, cuidado e proteção de animais sob responsabilidade institucional, em conformidade com as atribuições legais da Coordenadoria e com as diretrizes de proteção à saúde animal. Já no Programa Municipal de Imunizações – PMI, os materiais são utilizados no acondicionamento temporário, organização e transporte interno de imunobiológicos destinados às Unidades Básicas de Saúde e UVIS, contribuindo para a eficiência logística, a organização dos fluxos operacionais e a segurança das ações de imunização. A ausência ou insuficiência desses materiais comprometeria diretamente a execução das atividades institucionais, podendo ocasionar descontinuidade de ações essenciais, riscos à biossegurança dos profissionais e prejuízos à proteção da saúde pública. Assim, a contratação mostra-se necessária, oportuna e alinhada ao interesse público, estando devidamente fundamentada no Estudo Técnico Preliminar – ETP.

3. DESCRIÇÃO DOS ITENS

Justificativa para inclusão de itens de naturezas distintas em um mesmo processo

Em atenção à manifestação apresentada, esclarece-se que os itens constantes na presente requisição, embora pertencentes a diferentes naturezas de material (plásticos, materiais laboratoriais, materiais de limpeza e Equipamentos de Proteção Individual – EPI), compõem um **conjunto de insumos de apoio operacional utilizados de forma integrada nas atividades desenvolvidas pelas áreas técnicas da Vigilância em Saúde**, especialmente no âmbito do Programa Municipal de Combate às Arboviroses – PMARBO, da Divisão de Vigilância de Zoonoses – DVZ, do Laboratório Central de Qualidade em Saúde – LCQS, da Coordenadoria de Saúde e Proteção ao Animal Doméstico – COSAP e do Programa Municipal de Imunizações – PMI.

O agrupamento dos itens em um único processo administrativo foi adotado por razões de **planejamento logístico, racionalização administrativa e eficiência na gestão de suprimentos**, considerando que os materiais:

- são utilizados de forma complementar nas rotinas de campo, laboratoriais e operacionais das áreas envolvidas;
- integram a mesma cadeia de abastecimento institucional, sendo armazenados, distribuídos e geridos pelos mesmos fluxos administrativos e logísticos;
- possuem **perfil de consumo contínuo e recorrente**, sendo necessários para a manutenção regular das atividades programáticas da Vigilância em Saúde.

Ressalta-se que o agrupamento realizado possui **finalidade organizacional e de planejamento da contratação**, não implicando restrição à competitividade do certame, uma vez que a contratação poderá ocorrer **com adjudicação por item**, permitindo ampla participação de fornecedores especializados em diferentes segmentos de mercado.

Dessa forma, a instrução processual em um único procedimento contribui para **redução de custos administrativos, otimização da gestão contratual e maior eficiência na condução das aquisições públicas**, em consonância com os princípios da eficiência, economicidade e planejamento previstos na Lei Federal nº 14.133/2021 e na regulamentação municipal aplicável.

GRUPO I – RECIPIENTES E MATERIAIS PLÁSTICOS PARA ACONDICIONAMENTO

ITEM 01 – BALDE PLÁSTICO GRADUADO 10 L

Balde plástico graduado, com capacidade nominal de 10 (dez) litros, confeccionado em polietileno de alta resistência, com marcações de volume impressas e legíveis ao longo do corpo do recipiente. Deve possuir alça metálica resistente para transporte e formato rotomoldado, garantindo maior durabilidade e resistência ao uso contínuo. O material deverá ser adequado para o preparo, medição, acondicionamento e transporte de líquidos, incluindo soluções utilizadas em atividades laboratoriais, entomológicas e operacionais de campo, sem sofrer deformações, vazamentos ou comprometimento de suas propriedades físicas durante o uso normal. Requisitos mínimos: Capacidade: 10 litros Material: polietileno resistente Graduação visível e permanente Alça metálica para transporte Uso: atividades laboratoriais e operacionais

Quantidade: 96 unidades

CMA - 96

CMM - 8

CATMAT: 345329

Código SUPRI: 510700040020318-8

ITEM 02 – BALDE PLÁSTICO GRADUADO 20 L

Balde plástico graduado com capacidade nominal de 20 litros, confeccionado em polietileno de alta resistência, com marcações de volume impressas e legíveis. Deve possuir alça metálica resistente para transporte e formato rotomoldado, garantindo durabilidade e resistência ao uso contínuo. Indicado para preparo, medição e transporte de líquidos utilizados em atividades laboratoriais e operacionais. Requisitos mínimos: Capacidade: 20 litros Material: polietileno resistente Graduação visível e permanente Alça metálica para transporte Uso: atividades laboratoriais e operacionais

Quantidade: 108 unidades

CMA - 108

CMM - 9

CATMAT: 419111

Código SUPRI: 510700040020416-8

ITEM 03 – BOMBONA PLÁSTICA GRADUADO 10 L

Bombona plástica em polietileno, com capacidade de 10 litros, graduada, dotada de tampa com vedação segura, indicada para acondicionamento de líquidos e produtos utilizados em atividades laboratoriais e operacionais.

Quantidade: 108 unidades

CMA - 108

CMM - 9
CATMAT: 450482
Código SUPRI: 512450050020007-7

ITEM 04 – BOMBONA PLÁSTICA 50 L - GRADUADO

Bombona plástica em polietileno, com capacidade de 50 litros, graduada, dotada de tampa com vedação segura, indicada para acondicionamento de líquidos e produtos utilizados em atividades laboratoriais e operacionais.

Quantidade: 96 unidades
CMA - 96
CMM - 8
CATMAT: 338962
Código SUPRI: 512450050020005-0

ITEM 05 – BANDEJA PLÁSTICA BRANCA 9 L

Bandeja plástica resistente, cor branca, com capacidade aproximada de 9 litros, dimensões aproximadas de 42,5 × 34,5 × 8,5 cm, indicada para acondicionamento, organização e transporte de materiais em atividades laboratoriais e operacionais.

Quantidade: 60 unidades
CMA - 60
CMM - 5
CATMAT: 413112
Código SUPRI: 512100020010300-6

ITEM 06 – FRASCO PLÁSTICO 1000 mL COM TAMPA E BATOQUE

Frasco plástico em polietileno, capacidade de 1.000 mL, com tampa rosqueável e batoque interno, indicado para acondicionamento seguro de líquidos.

Quantidade: 96 unidades
CMA - 96
CMM - 8
CATMAT: 619875
Código SUPRI: 111900110030079-3

ITEM 07 – VASO PLÁSTICO 1 L SEM FURO E SEM PRATO

Vaso plástico com capacidade aproximada de 1 litro, SEM furo inferior e SEM prato, indicado para uso em atividades entomológicas e experimentais.

Quantidade: 5.004 unidades
CMA - 5.004
CMM - 417
CATMAT: 243834
Código SUPRI: 110800080030039-2

ITEM 08 – BACIA PLÁSTICA PEQUENA - 750 ML

Bacia plástica canelada, cor branca opaca, capacidade aproximada de 750 mL, dimensões aproximadas: diâmetro de 15 a 18 cm e altura de 5 a 7 cm, bordas retas.

Quantidade: 25.008 unidades
CMA - 25.008
CMM - 2.084
CATMAT: 471236

Código SUPRI: 111900110030478-0

ITEM 09 – CESTO PLÁSTICO RETANGULAR VAZADO – CAPACIDADE 3 LITROS

Recipiente de plástico rígido (polipropileno – PP ou polietileno de alta densidade – PEAD), de formato retangular, com laterais vazadas (perfuradas) para circulação de ar e fácil limpeza. Superfície lisa, sem rebarbas e cantos arredondados. Sem tampa. Material não tóxico, lavável, resistente a impactos, umidade e agentes de limpeza comuns. Cor branca ou transparente. Capacidade de cerca de 3 litros. Preferencialmente com encaixe para empilhamento seguro. Dimensões aproximadas (podendo variar em até 20%): volume: 3 litros; altura: 8 a 11 cm; largura: 12 a 15 cm; comprimento: 20 a 25cm.

Quantidade: 120 unidades

CMA - 120

CMM - 10

CATMAT: 615471

Código SUPRI: 510700040020417-6

ITEM 10 – CESTO PLÁSTICO RETANGULAR VAZADO – CAPACIDADE 1,5 LITROS

Recipiente de plástico rígido (polipropileno – PP ou polietileno de alta densidade – PEAD), de formato retangular, com laterais vazadas (perfuradas) para circulação de ar e fácil limpeza. Superfície lisa, sem rebarbas e cantos arredondados. Sem tampa. Material não tóxico, lavável, resistente a impactos, umidade e agentes de limpeza comuns. Cor branca ou transparente. Capacidade de cerca de 1,5 litros. Preferencialmente com encaixe para empilhamento seguro. Dimensões aproximadas (podendo variar em até 20%): volume: 1,5 litros; altura: 9 a 12 cm; largura: 10 a 12 cm; comprimento: 14 a 18cm.

Quantidade: 180 unidades

CMA - 180

CMM - 15

CATMAT: 615471

Código SUPRI: 510700040020418-4

ITEM 11 – CAIXA PLÁSTICA EMPILHÁVEL 52 LITROS, TIPO HORTIFRUTI ORGANIZADORA.

Formato retangular, de plástico, com estrutura vazada que permite circulação de ar, com local específico nas laterais para encaixe das mãos, cor preta, capacidade de 52 litros. Dimensões aproximadas (podendo variar em até 15%): volume: 52 litros; altura: 31,5cm; largura: 36cm; comprimento: 56cm.

Quantidade: 36 unidades

CMA - 36

CMM - 3

CATMAT: 316858

Código SUPRI: 512450060010179-8

ITEM 12 – POTE DE PLÁSTICO DESCARTÁVEL DE 250ML

Pote de plástico descartável, formato retangular, confeccionado em polipropileno (PP), transparente, com tampa (articulada ou não), capacidade nominal de 250 mL. Dimensões aproximadas: altura de 4,5 cm, largura de 7,5 cm e comprimento de 10,0 cm (podendo variar em até 20%). Material atóxico, resistente e compatível com o acondicionamento temporário de imunobiológicos.

Quantidade: 4.656 unidades

CMA - 4.656

CMM - 388
CATMAT: 311829
Código SUPRI: 110650030090041-9

ITEM 13 – POTE DE PLÁSTICO DESCARTÁVEL DE 500ML

Pote de plástico descartável, formato retangular, confeccionado em polipropileno (PP), transparente, com tampa, capacidade nominal de 500 mL. Dimensões aproximadas: altura de 5,2 cm, largura de 12,0 cm e comprimento de 16,4 cm (podendo variar em até 20%). Material atóxico e resistente.

Quantidade: 3.240 unidades
CMA - 3.240
CMM - 270
CATMAT: 374713
Código SUPRI: 110650030090042-7

GRUPO II – MATERIAIS LABORATORIAIS E DE MANIPULAÇÃO

ITEM 14 – PROVETA PLÁSTICA GRADUADA 1000 mL

Proveta plástica transparente, graduada, com capacidade de 1.000 mL, dotada de bico direcionador e base estável, indicada para medição precisa de volumes líquidos em atividades laboratoriais e entomológicas.

Quantidade: 96 unidades
CMA - 96
CMM - 8
CATMAT: 409896
Código SUPRI: 111900110020296-1

ITEM 15 – PIPETA PASTEUR DESCARTÁVEL 3 mL

Pipeta tipo Pasteur, descartável, confeccionada em plástico transparente, com capacidade aproximada de 3 mL, indicada para aspiração e transferência de pequenos volumes líquidos em atividades laboratoriais.

Quantidade: 2.508 unidades
CMA - 2.508
CMM - 209
CATMAT: 423975
Código SUPRI: 111900110020748-3

ITEM 16 – FUNIL PLÁSTICO MULTIUSO FLEXÍVEL

Funil plástico multiuso confeccionado em polipropileno flexível, acabamento preto, com diâmetro aproximado de 15 cm e comprimento aproximado de 20 cm, indicado para transferência de líquidos, inclusive combustíveis, óleos e soluções aquosas compatíveis com o material.

Quantidade: 72 unidades
CMA - 72
CMM - 6
CATMAT: 633836
Código SUPRI: 111900110030466-7

ITEM 17 – BASTÃO DE LABORATÓRIO EM POLIPROPILENO (10 × 300 mm)

Bastão de laboratório confeccionado em polipropileno, dimensões aproximadas de 10 × 300 mm, indicado para agitação e homogeneização de soluções.

Quantidade: 96 unidades

CMA - 96

CMM - 8

CATMAT: 409533

Código SUPRI: 111900110020624-0

ITEM 18 – CONCHA EM AÇO INOXIDÁVEL 22 cm

Concha confeccionada em aço inoxidável, com comprimento aproximado de 22 cm, indicada para coleta e manuseio de líquidos em atividades laboratoriais e operacionais.

Quantidade: 60 unidades

CMA - 60

CMM - 5

CATMAT: 423669

Código SUPRI: 512100020020200-4

GRUPO III – MATERIAIS DE LIMPEZA E APOIO OPERACIONAL

ITEM 19 – SACO PLÁSTICO EM BOBINA PICOTADA

Saco plástico em polietileno, capacidade aproximada de 3 kg, dimensões aproximadas de 35 × 25 cm, espessura mínima de 0,10 mm, apresentado em bobina picotada com aproximadamente 500 sacos.

Quantidade: 228 bobinas

CMA - 228

CMM - 19

CATMAT: 460049

Código SUPRI: 112450010010247-9

ITEM 20 – ESPONJA DE LIMPEZA MULTIUSO

Esponha de limpeza confeccionada em espuma e fibra sintética, formato retangular, dupla face (uma macia e outra abrasiva), indicada para limpeza geral.

Quantidade: 2.052 unidades

CMA - 2.052

CMM - 171

CATMAT: 315077

Código SUPRI: 510700040020380-3

ITEM 21 – PÁ COLETORA DE LIXO COM CABO

Pá coletora de lixo confeccionada em plástico resistente, com cabo plástico de aproximadamente 90 cm, modelo sem tampa, indicada para limpeza e coleta de resíduos.

Quantidade: 96 unidades

CMA - 96

CMM - 8

CATMAT: 416112

Código SUPRI: 510700040010017-6

ITEM 22 – VASSOURA COM CABO ROSQUEÁVEL

Vassoura com cerdas em PET reciclado, cepa plástica de aproximadamente 40 cm e cabo rosqueável de 1,50 m, indicada para limpeza geral.

Quantidade: 96 unidades

CMA - 96

CMM - 8

CATMAT: 476381

Código SUPRI: 510700040010179-2

ITEM 23 – TOALHA DE PAPEL EM BOBINA

Toalha de papel branca, 100% fibras celulósicas, folha dupla, gofrada, apresentada em bobinas com aproximadamente 60 folhas, indicada para limpeza e secagem.

Quantidade: 1.620 unidades

CMA - 1.620

CMM - 135

CATMAT: 440603

Código SUPRI: 512550080010127-6

GRUPO IV – EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL

ITEM 24 – ÓCULOS DE PROTEÇÃO – EPI

Óculos de proteção de ampla visão, confeccionados em policarbonato, com lentes transparentes, indicados para proteção ocular em atividades laboratoriais e aplicação de inseticidas. Devem possuir Certificado de Aprovação (CA) válido, conforme NR-06. Quantidade: 3.072 unidades

CMA - 3.072

CMM - 256

CATMAT: 321891

Código SUPRI: 511050020010467-0 4.

4. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O valor foi obtido mediante multiplicação das quantidades anuais pelos preços médios apurados em pesquisa de mercado, conforme demonstrado no Estudo Técnico Preliminar.

I – Recipientes e Materiais Plásticos para Acondicionamento

Item	Descrição	CMA corrigido	Preço médio (R\$)	Valor total (R\$)
1	Balde plástico graduado 10 L	96	60,00	5.760,00
2	Balde plástico graduado 20 L	108	90,00	9.720,00
3	Bombona plástica 10 L	108	60,00	6.480,00
4	Bombona plástica 50 L	96	100,00	9.600,00
5	Bandeja plástica 9 L	60	90,00	5.400,00
6	Frasco polietileno 1000 mL	96	50,00	4.800,00
7	Vaso plástico 1 L	5.004	1,40	7.005,60
8	Bacia plástica 750 mL	25.008	1,19	29.759,52
9	Cesto plástico 3 L	120	14,15	1.698,00
10	Cesto plástico 1,5 L	180	6,58	1.184,40
11	Caixa empilhável 52 L	36	29,96	1.078,56
12	Pote plástico 250 mL	4.656	0,47	2.188,32
13	Pote plástico 500 mL	3.240	1,28	4.147,20

Subtotal Grupo I: R\$ 88.821,60



II – Materiais Laboratoriais e de Manipulação

Item	Descrição	CMA corrigido	Preço médio (R\$)	Valor total (R\$)
14	Proveta plástica 1000 mL	96	60,00	5.760,00
15	Pipeta Pasteur descartável	2.508	0,20	501,60
16	Funil plástico	72	30,00	2.160,00
17	Bastão de laboratório	96	8,00	768,00
18	Concha inox	60	20,00	1.200,00

Subtotal Grupo II: R\$ 10.389,60

III – Materiais de Limpeza e Apoio Operacional

Item	Descrição	CMA corrigido	Preço médio (R\$)	Valor total (R\$)
19	Saco plástico em bobina	228	50,00	11.400,00
20	Espunja de limpeza	2.052	2,00	4.104,00
21	Pá coletora	96	30,00	2.880,00
22	Vassoura	96	47,00	4.512,00
23	Toalha de papel	1.620	10,00	16.200,00

Subtotal Grupo III: R\$ 39.096,00

IV – Equipamento de Proteção Individual – EPI

Item	Descrição	CMA corrigido	Preço médio (R\$)	Valor total (R\$)
24	Óculos de proteção – EPI	3.072	50,00	153.600,00

Subtotal Grupo IV: R\$ 153.600,00

Quadro consolidado – totais por tipo de material

Grupo	Tipo de material	Quantidade total (CMA)	Valor total estimado (R\$)
I	Recipientes e Materiais Plásticos para Acondicionamento	38.808 unidades	88.821,60
II	Materiais Laboratoriais e de Manipulação	2.832 unidades	10.389,60
III	Materiais de Limpeza e Apoio Operacional	4.092 unidades	39.096,00
IV	Equipamento de Proteção Individual – EPI	3.072 unidades	153.600,00

Total geral da contratação

R\$ 291.907,20

5. PRAZO DE ENTREGA

O prazo para entrega dos itens será de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento, a qual será encaminhada por meio eletrônico ao endereço informado pela empresa vencedora no ato da assinatura do contrato ou da formalização da contratação.

6. LOCAL DE ENTREGA

O descarregamento e o recebimento do material se darão por efetivo quando todo o material estiver dentro do almoxarifado no local indicado pelo funcionário do almoxarifado que for receber o material.

Itens 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24 -

Almoxarifado da Divisão de Vigilância de Zoonoses – DVZ, Avenida Santos Dumont, 637 – Portaria 2 (logo após o Teatro Alfredo Mesquita – nº 1.770) Santana – São Paulo/SP – CEP: 01101-000 - Telefone: (11) 2974-7846 / 7847 - Horário: segunda a sexta-feira (exceto feriados), das 9h às 15h. e email arboviroses@prefeitura.sp.gov.br; emasi@prefeitura.sp.gov.br; caraki@prefeitura.sp.gov.br

Itens 9, 10, 11, 12, 13 - CADI - Avenida Otaviano Alves e Lima, 4000 - Freguesia do Ó, São Paulo. CEP: 02901-000. telefone (11) 5465-9529 (11) 3931-3985 - cadi@prefeitura.sp.gov.br e imunizacaoccd@prefeitura.sp.gov.br

7. CONDIÇÕES GERAIS DE FORNECIMENTO

1. Deverá ser apresentado catálogo, com descritivo dos produtos ofertados, com a identificação dos materiais constituintes do produto requerido, de forma legível.
2. O material deverá ter garantia contra defeitos de fabricação, devendo a contratada substituir aqueles em desacordo e que forem rejeitados pela Unidade Requisitante.
3. No caso de constatação de irregularidade, a contratada deverá substituir às suas expensas, no todo ou em parte, o material ofertado.
4. Os materiais deverão atender os dispositivos da Lei Federal nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e demais legislações pertinentes.
5. O material deverá ser acondicionado em embalagem adequada que mantenha a sua integridade até a entrega na Unidade Requisitante, indicando todos os dados da contratada.
6. A Unidade Requisitante poderá, a qualquer tempo, solicitar documentos ou informações relativas ao material licitado/entregue.
7. O preço contratado deverá observar a vantajosidade, conforme art. 23 da Lei nº 14.133/2021.
8. Todos os impostos e fretes deverão estar inclusos nos preços ofertados.
9. A entrega somente será considerada efetivada após o completo descarregamento dos produtos no interior do almoxarifado, no local indicado pelo funcionário designado pelo próprio almoxarifado para o recebimento.
10. Quando aplicável, os materiais deverão apresentar condições adequadas de uso, conservação e integridade, sem deformações, rachaduras, ressecamento ou quaisquer defeitos que comprometam sua funcionalidade ou segurança.
11. Em caso de suspeita de desvio de qualidade ou irregularidade, a Administração poderá exigir a substituição do material, às expensas da contratada, bem como a apresentação de documentação técnica que comprove a conformidade do produto com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência.
12. Quando aplicável, as notas fiscais deverão conter informações de identificação do produto, tais como marca, fabricante e lote.
13. A contratada deverá declarar a marca, o fabricante e a procedência do produto ofertado.
14. A definição técnica do objeto atende ao art. 6º, inciso XX, da Lei nº 14.133/2021, permitindo que a contratação seja realizada sem necessidade de apresentação prévia de amostras, uma vez que as especificações técnicas estabelecidas são suficientes para caracterizar objetivamente os materiais a serem fornecidos.

AMOSTRA:

Não haverá exigência de apresentação prévia de amostras para participação no certame, uma vez que as especificações técnicas constantes neste Termo de Referência são suficientes para caracterizar o objeto, conforme o disposto no art. 14, §1º, da Lei nº 14.133/2021, que admite a dispensa de amostras quando a descrição do objeto for plenamente objetiva. Ressalta-se que, caso o material entregue esteja em desacordo com as especificações aqui estabelecidas, a contratada deverá proceder à sua substituição imediata, às suas expensas, nos termos dos arts. 37, 81, 141 e 147 da Lei nº 14.133/2021, bem como conforme demais dispositivos aplicáveis. A recusa ou atraso na substituição sujeitará a contratada às penalidades previstas neste instrumento.

8. FISCAIS DO CONTRATO:

SMS/SEABEVS/COVISA/ARBOVIROSES - Carina Araki de Freitas, 7833067
caraki@prefeitura.sp.gov.br (11) 2974-7846/47

SMS/COVISA/DVPSIS/NLCQS - Gabriela Fernandes da Silva Barreira Gouveia, 784.183.3, gfsbarreira@prefeitura.sp.gov.br, 2218-8645 / Jocélio Furtado Tavares, 893.063.3, joceliofurato@prefeitura.sp.gov.br, 2218-8621 / Natalia Herrera da Silva, 919.803-2, nataliahsilva@prefeitura.sp.gov.br, 2218-8624 / Marco Antonio Staufacar Correia, 807.014-8, mastaufacar@prefeitura.sp.gov.br, 2218-8608.

SMS/COSAP/ADM - Camila Diniz Fontanesi RF 7849141 e-mail: cdfontanesi@prefeitura.sp.gov.br telefone: 29747865- Marisa Martire Pellegrini RF: 9449086 Email: marisampellegrini@prefeitura.sp.gov.br Tel: (11) 2974-7909

SMS/COVISA/G/PMI - Isabel Gomes Pereira 708.245.2 imunizacaoccd@prefeitura.sp.gov.br (11) 5465-9529 - Cristina de Almeida Dias 806.694.9 cadl@prefeitura.sp.gov.br (11) 3931-3985 - Ana Célia Vieira de Santana 784.666.5 cadl@prefeitura.sp.gov.br (11) 3931-3985.

SMS/COVISA/DVZ -

NÚCLEO	NOME	RF	E-MAIL E TELEFONE
DVZ/NLABZOO	Ana Paula de Arruda G. Kataoka	732.422.7	agkataoka@prefeitura.sp.gov.br Telefone: 2974-7839
DVZ/NLABZOO	Elisa San Martin M. Savani	618.873.7	elisa@prefeitura.sp.gov.br Telefone: 2974-7848
DVZ/LABFAUNA	Julia Vono Alvarez Figueiredo	806.054.1	juliavono@prefeitura.sp.gov.br Telefone: 2974-7883
DVZ/LABFAUNA	Debora Cardoso de Oliveira	707.512.0	dcoliveira@prefeitura.sp.gov.br Telefone: 2974-7808
DVZ/NVZ	Thiago Kenji Matsuo	806.853.4	thiagomatsuo@prefeitura.sp.gov.br Telefone: 2974-7825
DVZ/NVZ	Juliana Anaya Sinhorini	784.192-2	janaya@prefeitura.sp.gov.br Telefone: 2974-7886
DVZ/NVSIN	Gladyston Carlos Vasconcelos Costa	730.782-9	gccosta@prefeitura.sp.gov.br Telefone: 2974-7860

9. PENALIDADES

1. São aplicáveis as sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas pertinentes;
2. O licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, deixar de entregar documentação exigida no Edital ou apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta/lance, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, sujeitar-se-á as penalidades previstas nos itens 3 e 13;
3. Pela recusa injustificada, ou cuja justificativa não seja aceita pela Administração, em assinar o contrato ou retirar a nota de empenho, no prazo estipulado, sujeitará a LICITANTE VENCEDORA ao pagamento de multa no valor de 20% (vinte por cento) sobre o valor do objeto, sem prejuízo da penalidade prevista no item 12.
4. Incidirá na mesma pena prevista no item anterior se a LICITANTE VENCEDORA estiver impedida de firmar o contrato ou retirar a de empenho pela não apresentação dos documentos necessários para tanto;
5. Pelo atraso na assinatura do contrato ou na retirada da Nota de Empenho, multa diária de 1% (um por cento) sobre o valor contratual, até o limite de 10 (dez) dias, caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 11º (décimo primeiro) dia de atraso;
6. Pelo atraso na entrega do objeto, multa diária de 1% (um por cento) sobre o valor da partida em atraso. A partir do 11º (décimo primeiro) dia de atraso, configurar-se-á inexecução total ou parcial do contrato com as consequências daí advindas;
7. Pelo atraso na substituição ou complementação do objeto entregue em desacordo com as especificações técnicas contados a partir da comunicação formal da contratante, multa diária de 1% (um por cento) sobre o valor da parcela do objeto entregue em desconformidade. A partir do 11º (décimo primeiro) dia de atraso, a unidade requisitante poderá, a seu critério, recusar o recebimento do objeto, aplicando-se as sanções referentes à inexecução parcial ou total do ajuste, conforme o caso;
8. Pela inexecução total, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor correspondente ao contrato, nota de empenho ou à ordem de fornecimento decorrente do objeto;
9. Pela inexecução parcial, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente a parcela do objeto não entregue ou entregue em desacordo com as especificações técnicas ou com atraso superior a 10 (dez) dias;
10. Pela rescisão do ajuste por culpa da CONTRATADA, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do objeto contratado;
11. Pelo descumprimento de quaisquer outras obrigações decorrentes do presente ajuste, não previstos nos itens anteriores, multa de 1% (um por cento) sobre o valor estimado do ajuste;

12. Impedimento de licitar e contratar com Administração Pública pelo prazo de até 03 (três) anos, em razão da gravidade das infrações cometidas, nos termos do inciso III, art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021;
13. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com Administração Pública, nos termos do inciso IV, art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021;
14. As sanções são independentes e a aplicação de uma não exclui e das outras;
15. Do prazo para pagamento das multas será 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação da infratora, sob pena de inscrição no CADIN da Prefeitura da Cidade de São Paulo e, conseguinte, por tratar-se de dívida ativa, sujeitar-se-á devedora ao competente processo de execução fiscal;
16. As penalidades só deixarão de ser aplicadas nos casos previstos expressamente no Decreto Municipal de Execução Orçamentária em vigor no presente exercício, ou seja, quando houver a comprovação pela LICITANTE/CONTRATADA de ocorrência de força maior impeditiva do cumprimento da obrigação, ou manifestação da unidade requisitante informando que a infração contratual foi decorrente de fato imputável à Administração, devidamente justificada nos autos.

ANEXO – II

MODELO PADRÃO DE PROPOSTA COMERCIAL

(dados mínimos de uso obrigatório por todas as licitantes)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90569/2026

PROCESSO: 6018.2026/0028567-0

TIPO: MENOR PREÇO

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA O FORNECIMENTO DE COVISA: MATERIAIS PLÁSTICOS, LABORATORIAIS, DE APOIO OPERACIONAL E EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI), conforme especificações constantes do Anexo I do Edital.

A (empresa)..... inscrita no CNPJ sob nº, estabelecida na....., nº....., telefone/fax nºs....., e-mail....., propõe fornecer o objeto licitado, nos seguintes preços e condições:

ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
01			R\$	R\$

DAS CONDIÇÕES GERAIS

PRAZO PARA ENTREGA

O prazo para entrega dos itens será de até **10 (dez) dias úteis**, contados a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento, a qual será encaminhada por meio eletrônico ao endereço informado pela empresa vencedora no ato da assinatura do contrato ou da formalização da contratação.

LOCAL DE ENTREGA:

- **Almoxarifado da Divisão de Vigilância de Zoonoses – DVZ**

Itens 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24

Endereço: Avenida Santos Dumont, 637 – Portaria 2 (logo após o Teatro Alfredo Mesquita – nº 1.770) Santana – São Paulo/SP – CEP: 01101-000.

Telefones: (11) 2974-7846 / 7847

E-mail: arboviroses@prefeitura.sp.gov.br; emasi@prefeitura.sp.gov.br; caraki@prefeitura.sp.gov.br

Horário de funcionamento: de **2ª a 6ª** feira (exceto feriados e pontos facultativos) das **9h00 às 15h00**.

- **CADI**

Itens 9, 10, 11, 12, 13

Endereço: Avenida Otaviano Alves e Lima, 4000 - Freguesia do Ó, São Paulo. CEP: 02901-000.

Telefones: (11) 5465-9529 (11) 3931-3985

E-mail: cadi@prefeitura.sp.gov.br; imunizacaoccd@prefeitura.sp.gov.br

Horário de funcionamento: de **2ª a 6ª** feira (exceto feriados e pontos facultativos) das **9h00 às 15h00**.

FISCAIS DO CONTRATO E RESPONSÁVEIS PELO RECEBIMENTO:

SMS/SEABEVS/COVISA/ARBOVIROSES

Carina Araki de Freitas, RF 7833067

E-mail: caraki@prefeitura.sp.gov.br

Telefone: 11 2974-7846/47

SMS/COVISA/DVPSIS/NLCQS

Gabriela Fernandes da Silva Barreira Gouveia, RF 784.183.3

E-mail: gfsbarreira@prefeitura.sp.gov.br

Telefone: 11 2218-8645

Jocélio Furtado Tavares, RF 893.063.3

E-mail: joceliofurato@prefeitura.sp.gov.br

Telefone: 11 2218-8621

Natalia Herrera da Silva, RF 919.803-2

E-mail: nataliahsilva@prefeitura.sp.gov.br

Telefone: 11 2218-8624

Marco Antonio Staufacar C, RF 807.014-8

E-mail: mastaufacar@prefeitura.sp.gov.br

Telefone: 11 2218-8608

SMS/COVISA/G/PMI

Isabel Gomes Pereira, RF 7849141

E-mail: imunizacaoccd@prefeitura.sp.gov.br

Telefone: 11 5465-9529

Cristina de Almeida Dias, RF 806.694.9

E-mail: cadi@prefeitura.sp.gov.br

Telefone: 11 3931-3985

Ana Célia Vieira de Santana, RF 784.666.5

E-mail: cadi@prefeitura.sp.gov.br

Telefone: 11 3931-3985

01. **Validade da Proposta:** 60 (sessenta) dias corridos, contados da data da abertura da sessão pública de **PREGÃO**.
02. **Dados Bancários:** Nome do banco, o código da agência e o número da conta-corrente da empresa, para efeito de pagamento)

DAS DECLARAÇÕES:

01. Declara, sob as penas da lei, que os preços cotados incluem todos os custos e despesas necessárias ao cumprimento integral das obrigações decorrentes desta licitação.
02. Declara que, por ser de seu conhecimento, atende e se submete a todas as cláusulas e condições do Edital e Anexos, relativos a licitação supra, bem como às disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 Lei Complementar nº 123/2006, com a redação que lhe atribuiu a Lei Complementar 147/2014 e Decretos nº 56.475/2015 e, e demais normas complementares que disciplinam o certame e que integrarão o ajuste correspondente, no que lhe for pertinente.
03. Declara, sob as penas da lei, que tem condições de fornecer a quantidade estabelecida no prazo assinalado, independentemente dos demais compromissos de fornecimento porventura existentes, bem como que fornecerá o material de acordo com as especificações técnicas (Anexo I do Edital), respeitando as condições de embalagens, prazos de validade, requisitos específicos, enfim todas as especificações.

São Paulo, de

de 20...

assinatura e identificação
(Representante legal/procurador da licitante)

Nome: _____ R.G.: _____ CPF: _____

Cargo: _____

ANEXO III

MODELO REFERENCIAL DE DECLARAÇÕES

(PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

A _____ inscrita no CNPJ sob nº _____,
por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)._____,
portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____
DECLARA:

- 1) para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei Federal nº 14.133/21, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz
- 2) que, até a presente data, inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação no presente processo licitatório, inclusive condenação judicial na proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, transitada em julgada ou não desafiada por recurso com efeito suspensivo, por ato de improbidade administrativa, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 3) que não se encontra declarada inidônea, nem suspensa ou impedida de licitar e contratar com a Administração Pública.
- 4) que observou e atende plenamente aos requisitos previstos aos parágrafos §1º, §2º, §3º do art. 4º da Lei Federal nº 14.133/2021 (aplicável a ME/EPP);
- 5) que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na CF/88, leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, sob pena de desclassificação.
- 6) que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social.

- 7) Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos-03 incisos II e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da CF/88.
- 8) Que, em se tratando de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento estabelecido em seus arts. 42 a 49.

(local do estabelecimento), de de 20...

Representante Legal/Procurador

(nome completo, cargo ou função e assinatura do representante legal/procurador)

ANEXO IV

**Declaração de não Cadastramento e Inexistência de Débitos para com a Fazenda do
Município de São Paulo**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90569/2026

PROCESSO: 6018.2026/0028567-0

TIPO: MENOR PREÇO

**OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA O FORNECIMENTO DE COVISA:
MATERIAIS PLÁSTICOS, LABORATORIAIS, DE APOIO
OPERACIONAL E EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO
INDIVIDUAL (EPI), conforme especificações constantes do Anexo I do
Edital.**

A empresa _____ inscrita no CNPJ sob nº _____, por intermédio de seu representante legal, Sr. _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____ DECLARA, sob as penas da Lei, que não está inscrita no Cadastro de Contribuintes Mobiliários do Município de São Paulo, bem assim que não possui débitos para com a Fazenda deste Município.

(local do estabelecimento), de de 20...

(nome completo, cargo ou função e assinatura do representante legal/procurador)

ANEXO V

PARÂMETROS PARA ANÁLISE DE BALANÇO

ANÁLISE ECONÔMICO - FINANCEIRA

A situação financeira das licitantes será aferida por meio dos índices de: Liquidez Corrente - LC, Solvência Geral – SG e Liquidez Geral - LG.

$$\text{ÍNDICE LIQUIDEZ CORRENTE} = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

$$\text{ÍNDICE SOLVÊNCIA GERAL} = \frac{\text{ATIVO TOTAL}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE (+) PASSIVO NÃO CIRCULANTE}}$$

$$\text{ÍNDICE LIQUIDEZ GERAL} = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE (+) REALIZAVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE (+) PASSIVO NÃO CIRCULANTE}}$$

Serão consideradas habilitadas as empresas que apresentarem os seguintes resultados:

liquidez corrente	- índice maior ou igual a 1,00
Solvência geral	- índice maior ou igual a 1,00
liquidez geral	- índice maior ou igual a 1,00

ANEXO - VI

Minuta de Ata de Registro de Preço

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90569/2026

PROCESSO: 6018.2026/0028567-0

TIPO: MENOR PREÇO

REGISTRO DE PREÇOS PARA O FORNECIMENTO DE COVISA: MATERIAIS PLÁSTICOS, LABORATORIAIS, DE APOIO OPERACIONAL E EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI)

Aos dias do mês de do ano dois mil e vinte e, no Gabinete da Secretaria Municipal da Saúde – SMS, situado na Rua Dr. Siqueira de Campos, 172 – 5º andar – Liberdade – São Paulo, Capital, CEP: 01509-020, de um lado, a **PREFEITURA DE SÃO PAULO**, através da **SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE**, neste ato representada pelo Diretor da Divisão de Suprimentos, senhor **APARECIDO DUARTE DE OLIVEIRA**, por força da delegação conferida pela Portaria nº 890/13-SMS.G, de 30 de maio de 2013, doravante designada, simplesmente, **SMS**, e, de outro, a empresa, CNPJ nº, com sede na nº, bairro, cidade, telefone, vencedora e adjudicatária do **PREGÃO ELETRÔNICO** suprarreferido, neste ato representada pelo(a) seu(sua) procurador(a), senhor(a), RG, CPF....., estado civil....., profissão, nacionalidade, domiciliado à Rua, doravante denominada, simplesmente, **DETENTORA**, face homologação do PE .../2025/SMS na plataforma de compras COMPRASGOV em .../2026, resolvem firmar o presente instrumento, objetivando registrar o(s) preço(s) do(s) material(s) discriminado(s) na cláusula segunda, em conformidade com os termos do Edital do Pregão e seus Anexos e a proposta da DETENTORA, que integram o presente instrumento para todos os efeitos legais, bem como as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto desta Ata o **REGISTRO DE PREÇOS PARA O FORNECIMENTO DE COVISA: MATERIAIS PLÁSTICOS, LABORATORIAIS, DE APOIO OPERACIONAL E EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI)**, descritos e especificados no Anexo I do Edital do **Pregão nº 90569/2026/SMS**, cujos termos são parte integrantes deste instrumento, nas condições a seguir ajustadas:

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

2.1 O(s) preço(s) registrado(s) nesta Ata refere(m)-se ao(s) seguinte(s) item(ns):

Item

PREÇO UNITÁRIO: R\$

MARCA:

FABRICANTE:
EMBALAGEM/APRESENTAÇÃO:
REGISTRO NO M.S:
PROCEDENCIA:
Código Supri:

- 2.2** O preço a ser pago pelo fornecimento realizado será aquele registrado neste instrumento, independentemente da data da entrega do objeto.
- 2.3** O preço registrado compreenderá todos os custos necessários à execução do objeto desta Ata de Registro de Preço, incluso frete até os locais de entrega.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTE DE PREÇO

- 3.1** Os preços registrados e os contratos deles decorrentes poderão ser reajustados após 1 (um) ano da data base fixada na Ata de Registro de Preços.
- 3.2** Os preços registrados poderão ser adequados pela Comissão de Revisão de Preços e Pedido de Reequilíbrio Econômico-Financeiro nos termos da Portaria 083/2023/SMS.G, em função da dinâmica do mercado, com elevação ou redução de seu respectivo valor.

CLÁUSULA QUARTA – VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇO

- 4.1.** O prazo de vigência da presente Ata de Registro de Preços é de um ano, prorrogável por até igual período, nos termos do art. 99 do Decreto Municipal nº 62.100/2022, mediante o cumprimento satisfatório das obrigações da Detentora, bem como aferição de vantagem técnica/econômica mediante pesquisa mercadológica.
- 4.1.1.** O atendimento do item 4.1, nas hipóteses em que os contratos decorrentes da utilização de Ata de RP onerarem dotação orçamentária referente à transferência de recursos de outro ente federativo, fica condicionada à observação da legislação do respectivo órgão.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO E DO PRAZO DE ENTREGA

- 5.1.** O consumo médio estimado dos materiais, cujos preços são registrados nesta Ata, está distribuído, pela ordem, entre as seguintes unidades requisitantes:

- **Almoxarifado da Divisão de Vigilância de Zoonoses – DVZ**

Itens 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24

Endereço: Avenida Santos Dumont, 637 – Portaria 2 (logo após o Teatro Alfredo Mesquita – nº 1.770) Santana – São Paulo/SP – CEP: 01101-000.

Telefones: (11) 2974-7846 / 7847

E-mail: arboviroses@prefeitura.sp.gov.br;
emasi@prefeitura.sp.gov.br; caraki@prefeitura.sp.gov.br

- **CADI**

Itens 9, 10, 11, 12, 13

Endereço: Avenida Otaviano Alves e Lima, 4000 - Freguesia do Ó, São Paulo. CEP: 02901-000.

Telefones: (11) 5465-9529 (11) 3931-3985

E-mail: cadi@prefeitura.sp.gov.br;
imunizacaoccd@prefeitura.sp.gov.br

Horário de funcionamento: de **2ª a 6ª** feira (exceto feriados e pontos facultativos) das **9h00 às 15h00**.

- 5.2** Os materiais deverão ser entregues pela DETENTORA nos seguintes endereços:

LOCAIS DE ENTREGA

Almoxarifado da Divisão de Vigilância de Zoonoses – DVZ

Endereço: Avenida Santos Dumont, 637 – Portaria 2 (logo após o Teatro Alfredo Mesquita – nº 1.770) Santana – São Paulo/SP – CEP: 01101-000.

CADI

Endereço: Avenida Otaviano Alves e Lima, 4000 - Freguesia do Ó, São Paulo. CEP: 02901-000.

- 5.3** A presente Ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar as contratações de que dela poderão avir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, devidamente justificada, sendo assegurada à DETENTORA a preferência em igualdade de condições.

- 5.3.1** As unidades requisitantes deverão certificar-se da conveniência de utilizarem a presente ata de registro de preço, realizando prévia pesquisa dos preços correntes no mercado para fornecimento do produto, nas mesmas condições previstas neste instrumento.

- 5.4** O contrato de fornecimento, apenas estará caracterizado após o recebimento pela DETENTORA das ordens de fornecimento, emitidas pelas unidades requisitantes, as quais deverão ter sido precedidas da emissão da competente nota de empenho após a publicação do despacho autorizatório no D.O.C.

- 5.4.1** Quando cabível a lavratura de termo de contrato, a DETENTORA deverá passar recibo na cópia, enviada via e-mail, que necessariamente lhe acompanhará, devolvendo-a também através de e-mail, no prazo de 03 (três) dias úteis, à unidade requisitante para que seja juntada aos autos.
- 5.5** A entrega da nota de empenho e a assinatura do termo contratual (quando este for exigível) ficarão condicionadas à apresentação, pela DETENTORA, dos seguintes documentos, devidamente atualizados:
- 5.5.1** Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante a apresentação de Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União;
- 5.5.2** Certificado de regularidade de situação perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;
- 5.5.3** Comprovação da inexistência de registro em nome da empresa junto ao CADIN – Cadastro Informativo Municipal.
- 5.6** Caso necessário, a DETENTORA deve atualizar suas informações no cadastro de credores do município em tempo hábil para emissão da Nota de Empenho.
- 5.7** A requisição de compra e a ARP poderão ser canceladas e o fornecedor penalizado, em caso de demora na atualização da documentação ou na regularização de qualquer situação impeditiva à realização da compra.
- 5.8** A partir da notificação formal, por meio eletrônico, informando a possibilidade de cancelamento da requisição de compra e da ARP, a DETENTORA terá dois dias úteis para regularização da documentação;
- 5.9** A DETENTORA estará obrigada a atender a todas as ordens de fornecimento, expedidas durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço, mesmo que a respectiva entrega esteja prevista para data posterior a de seu termo final;
- 5.10** As ordens de fornecimento, juntamente com as notas de empenho, serão enviadas via e-mail, contendo data de expedição, quantidade pretendida, preço unitário e total, local e prazo para entrega, carimbo e assinatura do responsável pela unidade requisitante;
- 5.10.1** Ao receber a ordem de fornecimento e a nota de empenho, via e-mail, a DETENTORA deverá delas passar recibo nas cópias que necessariamente lhe acompanharão, devolvendo-as também através de e-mail, NA MESMA DATA DO RECEBIMENTO, à unidade requisitante para que seja juntada aos autos dos processos de requisição e de liquidação e pagamento.
- 5.11** A DETENTORA é responsável por garantir as condições necessárias para recebimento por meio eletrônico das Ordens de Fornecimento, Notas de Empenho e documentos equivalentes, atualizando seu endereço eletrônico sempre que necessário;

- 5.12** O prazo máximo para entrega do produto será de 10 (dez) dias úteis, contados a partir do dia útil seguinte ao envio da Ordem de Fornecimento por meio eletrônico à DETENTORA;
- 5.12.1** O descumprimento do prazo estipulado no item 5.12 dará ensejo à aplicação das multas contratualmente previstas;
- 5.13** A entrega do objeto na unidade requisitante deverá ser acompanhada de nota fiscal ou nota fiscal fatura, bem como da cópia reprográfica da ordem de fornecimento e da nota de empenho;
- 5.14** As notas fiscais deverão conter os números dos lotes correspondentes a cada entrega, bem como a marca e o nome do fabricante do produto.
- 5.15** As unidades requisitantes não poderão receber produto diferente daquele objeto do registro de preço, sob pena de responsabilidade de quem tiver dado causa ao fato.
- 5.16** Constatadas irregularidades no objeto entregue, a unidade requisitante poderá:
- 5.16.1** Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
- 5.16.1.1** Na hipótese de substituição, a DETENTORA deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados da notificação por escrito;
- 5.16.2** Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
- 5.16.2.1** Na hipótese de complementação, a DETENTORA deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.
- 5.17** O recebimento do objeto dar-se-á definitivamente, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da entrega da fatura ou de documento equivalente, uma vez verificado o atendimento integral da quantidade e das especificações contratadas, mediante termo de recebimento definitivo ou recibo, firmado pelo servidor responsável.
- 5.18** O recebimento do material pelo órgão requisitante não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade ou qualidade do produto verificadas posteriormente, garantindo-se ao órgão requisitante as faculdades previstas no art. 18 da Lei nº 8.078/90.
- 5.19** As embalagens deverão ser acondicionadas conforme praxe do fabricante, trazendo impressa a indicação quantitativa, qualitativa, número de lote, data de fabricação e prazo de validade.

5.20 Os pedidos de prorrogação de prazo de entrega somente serão analisados pela Administração caso sejam requeridos até a data final prevista para a entrega e desde que estejam instruídos com as devidas justificativas e comprovação.

5.20.1 Os pedidos instruídos em condições diversas das previstas anteriormente serão indeferidos de pronto.

CLÁUSULA SEXTA – DA FORMA DE PAGAMENTO

6.1 O prazo de pagamento será de 30 (trinta) dias, contados da data final do adimplemento de cada fornecimento.

6.2 Em havendo atraso no pagamento, por culpa exclusiva da SMS, os valores devidos serão acrescidos da respectiva compensação financeira, mediante requerimento expresso da DETENTORA, nos termos da Portaria SF nº 05 de 05 de janeiro de 2012.

6.2.1 Para fins de cálculo da compensação financeira de que trata o subitem **6.2**, o valor do principal devido será reajustado utilizando-se o índice oficial de remuneração básica da caderneta de poupança e de juros simples no mesmo percentual de juros incidentes sobre a caderneta de poupança para fins de compensação da mora (TR + 0,5% “pro-rata tempore”), observando-se, para tanto, o período correspondente à data prevista para o pagamento e aquela data em que o pagamento efetivamente ocorreu.

6.3 Para processar-se o pagamento, a DETENTORA deverá submeter à unidade requisitante a competente nota fiscal, acompanhada, cópia reprográfica da nota de empenho e da respectiva ordem de fornecimento.

6.3.1 Nas hipóteses em que a DETENTORA deva proceder a ajustes da documentação necessária ao pagamento, o prazo será interrompido e reiniciará a partir da data em que se der a regularização.

6.4 O pagamento será retido se houver pendências no CADIN.

6.5 Estando em termos a documentação apresentada, o pagamento devido será depositado na conta corrente que a DETENTORA deverá manter no BANCO DO BRASIL, conforme estabelecido no Decreto nº 51.197, de 22 de janeiro de 2010.

6.5.1 Em sendo a unidade requisitante entidade autárquica, a forma de pagamento será a eleita pela administração indireta.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OUTRAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA

7.1 A DETENTORA responsabilizar-se-á por todos os prejuízos que porventura ocasione a SMS ou a terceiros, em razão da execução dos fornecimentos decorrentes da presente Ata.

7.2 Por ocasião da entrega na unidade requisitante os produtos devem apresentar validade equivalente a pelo menos **2/3 (dois terços)** do prazo de validade total. Na hipótese de absoluta impossibilidade de cumprimento desta condição, devidamente

justificada e previamente avaliada pela instância gestora das Atas de Registro de Preços – Divisão de Suprimentos / SMS-3, a Secretaria poderá, excepcionalmente, admitir a entrega, obrigando-se o fornecedor, quando acionado, a proceder a imediata substituição, à vista da inviabilidade de utilização dos materiais no período de validade.

- 7.3** A DETENTORA estará obrigada a atender a todos os pedidos efetuados durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço, ainda que o fornecimento decorrente esteja previsto para ocorrer após o término de sua vigência.
- 7.4** A DETENTORA será responsável pela segurança do trabalho de seus empregados, em especial durante o transporte e descarga dos materiais.
- 7.5** A DETENTORA deverá arcar com todos os encargos de sua atividade, sejam eles trabalhistas, sociais, previdenciários, fiscais ou comerciais.
- 7.6** A DETENTORA estará obrigada a comparecer, sempre que solicitada, à sede da Unidade Requisitante, a fim de receber instruções, participar de reuniões ou para qualquer outra finalidade relacionada ao cumprimento de suas obrigações.
- 7.7** A DETENTORA deverá comunicar a SMS.3/Setor de Atas toda e qualquer alteração nos seus dados cadastrais, para atualização.
- 7.8** DETENTORA deverá observar todas as normas legais vigentes, obrigando-se a manter, durante o prazo de vigência da presente Ata e dos respectivos contratos, todas as condições de habilitação e de participação exigidas no procedimento licitatório que precedeu a celebração deste ajuste.
- 7.9** Reserva-se o direito à Unidade Requisitante de solicitar a qualquer momento amostras para análise, se e somente se, houver queixa técnica ou suspeita de irregularidade, a fim de comprovar a qualidade do produto contratado, subsidiando assim a opção de análise. O fornecedor deverá arcar com os custos da análise, em laboratório da REBLAS (Rede Brasileira de Laboratórios Analíticos em Saúde), caso o medicamento ofertado apresente suspeita de irregularidade. Os laudos emitidos serão considerados suficientes para exigir a substituição do produto quando o resultado da análise for desfavorável, ou seja, diferente das especificações prometidas pelo fabricante. Todo produto considerado impróprio ao uso será encaminhado à Vigilância Sanitária para a inutilização nos termos legais.

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES

- 8.1** São aplicáveis as sanções e procedimentos previstos no Título IV, Capítulo I da Lei Federal nº 14.133/21 e Seção XI do Decreto Municipal nº 62.100/22.
 - 8.1.1** As penalidades só deixarão de ser aplicadas nas seguintes hipóteses:
 - a)** Comprovação, anexada aos autos, da ocorrência de força maior impeditiva do cumprimento da obrigação; e/ou,
 - b)** Manifestação da unidade requisitante, informando que o ocorrido derivou de fatos imputáveis exclusivamente à Administração.

- 8.2** Ocorrendo recusa da adjudicatária em retirar/receber a nota de empenho, dentro do prazo estabelecido neste Edital, sem justificativa aceita pela Administração, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa, serão aplicadas:
- a)** Multa no valor de 20% (vinte por cento) do valor do ajuste se firmado fosse;
 - b)** Pena de impedimento de licitar e contratar pelo prazo de até 3 (três) anos com a Administração Pública, a critério da Prefeitura;
- 8.2.1** Incidirá nas mesmas penas previstas neste subitem a empresa que estiver impedida de firmar o ajuste pela não apresentação dos documentos necessários para tanto.
- 8.3** À licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, inclusive em razão de comportamento inadequado de seus representantes, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida neste edital, não manter a proposta/lance, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, se microempresa ou pequena empresa não regularizar a documentação fiscal no prazo concedido para este fim, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa, serão aplicadas as penalidades referidas nas alíneas “a” e “b” do subitem **8.2** ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, a depender da natureza e gravidade da infração cometida e peculiaridades do caso em concreto.
- 8.4** As penalidades poderão ainda ser aplicadas em outras hipóteses, nos termos da Lei, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa, sendo que com relação a multas serão aplicadas como segue:
- 8.4.1** Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do ajuste, por inexecução total do objeto.
 - 8.4.2** Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela inexecutada, por inexecução parcial do ajuste.
 - 8.4.3** Multa de 1,0% (um por cento) sobre o valor do material não entregue por dia de atraso, inclusive nas hipóteses de fixação de prazo para substituição ou complementação, limitada a demora até o máximo de 19 (dezenove) dias do prazo fixado, após restará configurada inexecução do ajuste, parcial ou total a depender se o atraso se deu em parte ou no todo.
 - 8.4.4** Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor do material entregue em desacordo com as especificações do edital e do ajuste, sem prejuízo de sua substituição, no prazo estabelecido.
 - 8.4.5** Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor do ajuste, por descumprimento de qualquer das obrigações decorrentes do ajuste, não previstas nas demais disposições desta cláusula.
 - 8.4.6** Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, por rescisão do ajuste decorrente de culpa da Contratada.
- 8.5** As sanções são independentes e a aplicação de uma não exclui a das outras, quando cabíveis.

- 8.6** Das decisões de aplicação de penalidade, caberá recurso nos termos dos artigos 166 e 167 da Lei Federal nº 14.133/2021, observados os prazos nele fixados, que deverá ser dirigido à SMS-3 - Diretoria de Suprimentos, Rua Dr. Siqueira Campos, 172, 5ª andar, Liberdade, Cep 01509-020 – São Paulo – SP, e protocolizado nos dias úteis, das 08h00 às 17h00.
- 8.6.1** Não serão conhecidos recursos enviados pelo correio, telex, fac-símile, correio eletrônico ou qualquer outro meio de comunicação, se, dentro do prazo previsto em lei, a peça inicial original não tiver sido protocolizada.
- 8.6.2** Caso a Contratante releve justificadamente a aplicação da multa ou de qualquer outra penalidade, essa tolerância não poderá ser considerada como modificadora de qualquer condição contratual, permanecendo em pleno vigor todas as condições deste Edital.
- 8.7** Os procedimentos de aplicação das penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar serão conduzidos por comissão, nos termos do artigo 158, “caput” e § 1º, da [Lei Federal nº 14.133, de 2021](#).
- 8.8** São aplicáveis à presente licitação e ao ajuste dela decorrente no que cabível for, inclusive, as sanções penais estabelecidas na Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DA PRESENTE ATA

- 9.1** A presente Ata de Registro de Preço poderá ser cancelada, de pleno direito, pela SMS, assegurado o contraditório e a ampla defesa, quando a DETENTORA:
- 9.1.1** Descumprir as condições estabelecidas no presente instrumento ou normas legais aplicáveis à espécie;
- 9.1.2** Não firmar os contratos de fornecimentos ou deixar de dar recebimento à nota de empenho e ordem de fornecimento nos prazos previstos;
- 9.1.3** Não aceitar reduzir o preço registrado na hipótese deste tornar-se superior aos praticados no mercado;
- 9.1.4** Por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas pela Administração;
- 9.1.5** Deixar de possuir qualquer das condições de habilitação e ou de participação exigidas na licitação;
- 9.1.6** Der causa à rescisão administrativa dos ajustes decorrentes da Ata de Registro de Preços.
- 9.2** A comunicação do cancelamento do preço registrado, nas hipóteses previstas nesta cláusula, será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento.

9.3 Esta Ata de Registro de Preço poderá ser rescindida nas hipóteses de rescisão dos contratos em geral, com as consequências legalmente previstas.

9.3.1 A Ata de Registro de Preço também poderá ser rescindida na hipótese de caracterização superveniente da prestação de trabalho nas condições aludidas no §1º, do art. 1º da Lei municipal nº 15.944/2013.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 Para a execução desta Ata de Registro de Preços, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

10.2 Fica eleito o foro da comarca do Município de São Paulo para dirimir as eventuais controvérsias decorrentes do presente ajuste.

E por estarem de acordo, as partes Contratantes, foi por mim,, lavrado o presente instrumento, que lido e achado conforme, é assinado em duas vias de igual teor.

SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE

DETENTORA:

Nome:

R.G.:

Cargo:

Testemunhas:

1) Nome:

R.G.:

2) Nome:

R.G.:

ANEXO - VII

MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO – CADASTRO RESERVA

ATA DE REGISTRO DE PREÇO nº/2026-SMS.G
PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 6018.2026/0028567-0
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90569/2026/SMS.G

Aos dias do mês de do ano dois mil e vinte e....., no Gabinete da Secretaria Municipal da Saúde – SMS, situado na Rua Dr. Siqueira Campos, 172, 5ª andar, Liberdade, Cep 01509-020 – São Paulo – SP, de um lado, a **PREFEITURA DE SÃO PAULO**, através da **SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE**, neste ato representada pelo(a) Diretor(a) da Divisão de Suprimentos, senhor(a), por força da delegação conferida pela Portaria nº 890/13-SMS.G, de 30 de maio de 2013, doravante designada, simplesmente, **SMS**, e, de outro, as empresas abaixo identificadas, no **PREGÃO ELETRÔNICO** suprarreferido, resolvem registrar os preços para **FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA**, para eventual fornecimento futuro do objeto descrito no Anexo I do Edital do referido Pregão, nos termos do art. 82, VII, da Lei nº 14.133/2021 e do art. 96, do Decreto nº 62.100/2022, sujeitando-se às seguintes cláusulas:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto desta Ata o **REGISTRO DE PREÇOS PARA O FORNECIMENTO DE COVISA: MATERIAIS PLÁSTICOS, LABORATORIAIS, DE APOIO OPERACIONAL E EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI)**, descritos e especificados no Anexo I do Edital do **Pregão nº 90569/2026/SMS.G**, cujos termos são parte integrante deste instrumento.

1. CLÁUSULA SEGUNDA – DO CADASTRO RESERVA

1.1. 2º Lugar: Empresa, CNPJ nº com sede na nº, bairro, cidade, telefone, neste ato representada pelo seu procurador, senhor....., RG, CPF....., estado civil....., profissão, nacionalidade, domiciliado à Rua

1.1.1. Item 01: (marca e fabricante), preço unitário, quantitativo;

1.2. 3º Lugar: Empresa, CNPJ nº com sede na nº, bairro, cidade, telefone, neste ato representada pelo seu procurador, senhor....., RG, CPF....., estado civil....., profissão, nacionalidade, domiciliado à Rua

1.2.1. Item 01: (marca e fabricante), preço unitário, quantitativo;

2. CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DECORRENTES DA ASSINATURA DO CADASTRO RESERVA

- 3.1** Todas as condições, prazos, obrigações e penalidades enumeradas no Anexo V – Minuta da Ata de Registro de Preços também deverão ser observados pelos fornecedores registrados no Cadastro Reserva.

3. CLÁUSULA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 4.1** O fornecimento por qualquer dos detentores registrados no presente Cadastro Reserva fica condicionado à manifestação expressa de desinteresse pelo detentor antecedente, no prazo concedido pelo Órgão Gerenciador, cuja justificativa deve se ater exclusivamente à caso fortuito ou força maior, resguardada a ordem de classificação.
- 4.2** Fica eleito o foro da comarca do Município de São Paulo para dirimir as eventuais controvérsias decorrentes do presente ajuste.

E por estarem de acordo, as partes Contratantes, foi por mim,, lavrado o presente instrumento, que lido e achado conforme, é assinado em duas vias de igual teor.

SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE

SEGUNDA COLOCADA:

Nome:
RG:
Cargo:

TERCEIRA COLOCADA:

Nome:
RG:
Cargo:

Testemunhas:

1) Nome:
RG:
2) Nome:
RG: